

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	123
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	125
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	127
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
<b>Ordinárias</b>	59.398
<b>Preferenciais</b>	4.453
<b>Total</b>	63.851
<b>Em Tesouraria</b>	
<b>Ordinárias</b>	0
<b>Preferenciais</b>	0
<b>Total</b>	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	4.219.247	3.989.635	3.649.075
1.01	Ativo Circulante	1.357.507	918.964	608.124
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	457.209	195.389	106.220
1.01.03	Contas a Receber	613.077	433.523	355.026
1.01.03.01	Clientes	607.711	431.345	352.854
1.01.03.01.01	Consumidores	712.080	520.375	431.114
1.01.03.01.02	(-) Perda no valor recuperável	-104.369	-89.030	-78.260
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.366	2.178	2.172
1.01.03.02.01	Títulos a receber	5.366	2.178	2.172
1.01.04	Estoques	11.006	13.573	19.270
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.817	83.141	40.211
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.817	83.141	40.211
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	214.398	193.338	87.397
1.01.08.03	Outros	214.398	193.338	87.397
1.01.08.03.01	Serviços em curso	39.441	53.839	36.705
1.01.08.03.02	Aquisição de combustível por conta da CCC	67.856	72.454	3.086
1.01.08.03.03	Redução de receita - baixa renda	15.061	21.927	11.500
1.01.08.03.04	Outros	92.040	45.118	36.106
1.02	Ativo Não Circulante	2.861.740	3.070.671	3.040.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	782.750	1.074.789	1.140.312
1.02.01.03	Contas a Receber	28.640	35.770	33.268
1.02.01.03.01	Clientes	26.715	33.844	28.012
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.925	1.926	5.256
1.02.01.06	Tributos Diferidos	89.790	110.116	207.327
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	89.790	110.116	207.327
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	108.053	622.309	589.779
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	108.053	95.285	95.143
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	527.024	494.636
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	556.267	306.594	309.938

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	18.227	15.145	27.279
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	27.335	25.962	24.553
1.02.01.09.05	Impostos e contribuições sociais a compensar	82.295	82.460	97.219
1.02.01.09.06	Sub-rogação da CCC	138.509	690	0
1.02.01.09.07	Ativo financeiro - bens da concessão	275.831	180.009	140.250
1.02.01.09.08	Outros	14.070	2.328	20.637
1.02.02	Investimentos	25.782	25.918	22.824
1.02.04	Intangível	2.053.208	1.969.964	1.877.815
1.02.04.01	Intangíveis	2.053.208	1.969.964	1.877.815
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.053.208	1.969.964	1.877.815

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	4.219.247	3.989.635	3.649.075
2.01	Passivo Circulante	1.377.368	1.124.830	893.676
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.313	79.689	92.491
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	86.313	79.689	92.491
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	8.217	3.065	2.896
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	78.096	76.624	89.595
2.01.02	Fornecedores	242.533	219.312	105.936
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	242.533	219.312	105.936
2.01.03	Obrigações Fiscais	211.262	178.259	146.123
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	125.806	90.144	88.944
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.359	974	4.003
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	124.447	89.170	84.941
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	84.790	88.018	56.494
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	666	97	685
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	588.665	424.655	368.973
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	588.665	424.655	368.973
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	520.919	348.200	274.941
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	67.746	76.455	94.032
2.01.05	Outras Obrigações	248.595	222.915	180.153
2.01.05.02	Outros	248.595	222.915	180.153
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34.825	99.388	92.936
2.01.05.02.04	Operações de swap	81.769	0	0
2.01.05.02.05	Taxa de iluminação pública	19.109	14.115	3.715
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	11.938	15.048	7.829
2.01.05.02.07	Obrigações do programa de eficiência energética	33.505	32.836	38.752
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	9.591	8.936	8.657
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	3.304	4.569	3.790
2.01.05.02.10	Outros	54.554	48.023	24.474
2.02	Passivo Não Circulante	1.950.220	1.872.411	1.820.318

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.432	735.341	683.376
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.432	735.341	683.376
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	881.553	517.910	295.366
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	142.879	217.431	388.010
2.02.02	Outras Obrigações	900.593	1.091.423	1.098.791
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	136.415	94.256	2.195
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	136.415	78.269	2.195
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	15.987	0
2.02.02.02	Outros	764.178	997.167	1.096.596
2.02.02.02.03	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	262.972	348.713	456.143
2.02.02.02.04	Operações de swap	96.738	185.913	101.353
2.02.02.02.05	Obrigações do programa de eficiência energética	35.277	22.977	11.847
2.02.02.02.06	Plano de aposentadoria e pensão	13.983	16.015	16.523
2.02.02.02.07	Indenizações trabalhistas	98.011	157.285	208.682
2.02.02.02.08	Subvenção ICMS - CCC	0	0	53.504
2.02.02.02.09	Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	197.387	214.802	230.666
2.02.02.02.10	Benefícios pós-emprego	0	1.612	4.503
2.02.02.02.11	Outros	59.810	49.850	13.375
2.02.03	Tributos Diferidos	9.608	29.507	27.365
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.608	29.507	27.365
2.02.04	Provisões	15.587	16.140	10.786
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.587	16.140	10.786
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.318	12.854	7.493
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.269	3.286	3.293
2.03	Patrimônio Líquido	891.659	992.394	935.081
2.03.01	Capital Social Realizado	518.932	518.932	518.932
2.03.02	Reservas de Capital	0	36.914	36.914
2.03.02.07	Doações e subvenções para investimentos	0	1.260	1.260
2.03.02.08	Remuneração de bens e direitos consituídos com capital próprio	0	35.654	35.654

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	0	176.617	54.858
2.03.04.01	Reserva Legal	0	19.471	15.518
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	157.146	27.375
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	0	11.965
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.673	-162.274	-128.623
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	388.400	422.205	453.000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.110.961	1.580.270	0
3.01.01	Receita bruta de vendas	2.952.054	2.292.296	0
3.01.02	(-) Deduções da receita líquida	-841.093	-712.026	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.692.834	-1.200.587	0
3.02.01	Custo de serviço de energia elétrica	-852.839	-740.305	0
3.02.02	Custo de operação	-839.995	-460.282	0
3.03	Resultado Bruto	418.127	379.683	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-217.221	-224.430	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-86.504	-94.005	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-125.426	-108.468	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.291	-21.957	0
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-4.131	-11.560	0
3.04.05.02	Outros resultados	-1.160	-10.397	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	200.906	155.253	0
3.06	Resultado Financeiro	-328.756	-84.289	0
3.06.01	Receitas Financeiras	293.255	364.846	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-622.011	-449.135	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-127.850	70.964	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.115	17.092	0
3.08.01	Corrente	1.857	-1.759	0
3.08.02	Diferido	25.258	18.851	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-100.735	88.056	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-100.735	88.056	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-1,58000	1,38000	0,00000
3.99.01.02	PNA	-1,58000	1,38000	0,00000
3.99.01.03	PNB	-1,58000	1,38000	0,00000
3.99.01.04	PNC	-1,58000	1,38000	0,00000



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-210.322	67.905	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	351.441	256.623	0
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-100.735	88.056	0
6.01.01.02	Perda no valor recuperável	15.339	10.770	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização (investimento e intangível)	126.308	118.715	0
6.01.01.04	Encargos de dívida, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	319.123	214.452	0
6.01.01.05	Baixa de ativo financeiro e intangível	222	1.926	0
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-25.258	-18.851	0
6.01.01.07	Ajuste a valor presente	13.313	12.476	0
6.01.01.08	Redução de encargos - parcelamento Lei nº 11.941/2009	0	-135.130	0
6.01.01.09	Parcelamento acordo judicial - principal	0	18.308	0
6.01.01.10	Subvenção ICMS - CCC	6.750	-53.504	0
6.01.01.11	Outras	-3.621	-595	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-561.763	-188.718	0
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-238.477	-55.605	0
6.01.02.02	Aquisição de combustível por conta CCC	4.598	-69.368	0
6.01.02.03	Créditos redução receita baixa renda	21.927	-10.426	0
6.01.02.04	Estoques	7.408	9.867	0
6.01.02.05	Serviços em curso	-1.330	-23.642	0
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados a litígios	-1.572	-1.409	0
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	17.722	-10.951	0
6.01.02.08	Créditos compensáveis em recolhimentos futuros	-40.382	-19.941	0
6.01.02.09	Serviços prestados, outros créditos, devedores diversos	-61.138	5.687	0
6.01.02.10	Fornecedores	-12.767	109.065	0
6.01.02.11	Pagamentos de encargos sobre empréstimos e financiamentos	-151.282	-97.838	0
6.01.02.12	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	26.389	26.580	0
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-3.110	7.219	0
6.01.02.14	Outros credores	-62.339	-83.117	0
6.01.02.15	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	6.148	3.112	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01.02.16	Entidade previdência privada e outras obrigações	-73.558	22.049	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-428.512	-265.448	0
6.02.01	Ativo intangível e financeiro dos contratos de concessão	-685.603	-364.806	0
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	254.026	99.143	0
6.02.03	Outras	3.065	215	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	900.654	286.712	0
6.03.01	Operações de mútuo com partes relacionadas - líquido	566.301	104.078	0
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	1.335.536	604.465	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos - principal	-876.492	-381.276	0
6.03.04	Pagamentos de swap	-60.128	-16.264	0
6.03.05	Pagamento de dividendos	-59.917	-22.891	0
6.03.06	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-4.646	-1.400	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	261.820	89.169	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.389	106.220	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	457.209	195.389	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-100.735	0	-100.735
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-100.735	0	-100.735
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-36.914	-176.617	247.336	-33.805	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	33.805	-33.805	0
5.06.04	Absorção de prejuízo	0	-36.914	-176.617	213.531	0	0
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	518.932	36.914	54.858	0	456.021	1.066.725
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-128.623	-3.021	-131.644
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	36.914	54.858	-128.623	453.000	935.081
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.965	-18.778	0	-30.743
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.965	-18.778	0	-30.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.056	0	88.056
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.056	0	88.056
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	133.724	-102.929	-30.795	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	133.724	-133.724	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	30.795	-30.795	0
5.07	Saldos Finais	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	2.935.555	2.271.131	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.404.949	2.114.863	0
7.01.02	Outras Receitas	57.162	-6.757	0
7.01.02.01	Resultado de alienação/desativação de bens e direitos	-6.274	-371	0
7.01.02.02	Outras receitas	63.436	-6.386	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	488.782	173.794	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.338	-10.769	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.674.095	-1.174.929	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-852.839	-740.305	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-298.258	-257.218	0
7.02.04	Outros	-522.998	-177.406	0
7.02.04.01	Matéria prima e insumo para produção de energia elétrica	-248.158	-193.484	0
7.02.04.02	Subvenções de combustível - CCC	218.390	245.454	0
7.02.04.03	Outros	-493.230	-229.376	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.261.460	1.096.202	0
7.04	Retenções	-119.590	-108.577	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119.590	-108.577	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.141.870	987.625	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	293.255	364.846	0
7.06.02	Receitas Financeiras	293.255	364.846	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.435.125	1.352.471	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.435.125	1.352.471	0
7.08.01	Pessoal	61.839	82.068	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.893	63.390	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	-156	7.210	0
7.08.01.04	Outros	25.102	11.468	0
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	2.377	1.169	0
7.08.01.04.02	Programa de incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-5	1.199	0
7.08.01.04.03	Programa de alimentação ao trabalhador - PAT	10.025	7.611	0

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.08.01.04.04	Convênios assistenciais e outros benefícios	12.684	5.842	0
7.08.01.04.05	Outros	22	21	0
7.08.01.04.06	Transferências para ordens em curso (intangível)	-1	-4.374	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	857.351	732.147	0
7.08.02.01	Federais	344.751	293.430	0
7.08.02.02	Estaduais	511.893	438.036	0
7.08.02.03	Municipais	707	681	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	616.670	450.200	0
7.08.03.01	Juros	220.409	117.051	0
7.08.03.02	Aluguéis	10.679	8.852	0
7.08.03.03	Outras	385.582	324.297	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-100.735	88.056	0
7.08.04.02	Dividendos	0	18.778	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-100.735	69.278	0

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

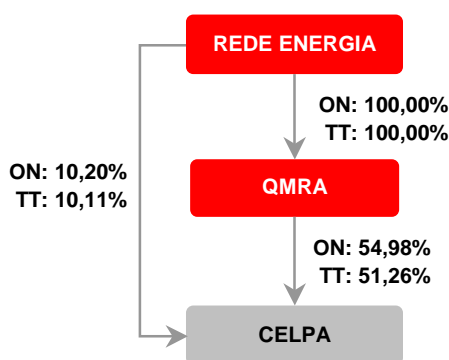
## Relatório da Administração 2010

Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, compostas pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, dos Valores Adicionados e do Balanço Social, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

### A Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A ("CELPA") é uma concessionária de distribuição de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela REDE ENERGIA S.A. ("REDE ENERGIA") que detém diretamente 10,20% das ações ordinárias e 10,11% das ações totais e indiretamente 54,98% das ações ordinárias e 51,26% das ações totais, por meio da QMRA Participações S.A.. Dessa forma, a REDE ENERGIA detém direta e indiretamente 65,18% das ações ordinárias e 61,37% das ações totais da CELPA.



A área de concessão da CELPA abrange todo o Estado do Pará, beneficiando aproximadamente 7,5 milhões de habitantes em 143 municípios, distribuídos em uma área de 1.247.690 km<sup>2</sup>.

### Desempenho Operacional

No final de 2010, a CELPA atendia a 1.761.499 unidades consumidoras e a maior parte da energia requerida para atendimento desse mercado (95,5%) foi comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional – SIN e o restante, (4,5%) foi proveniente

## Relatório da Administração

### Centrais Elétricas do Pará S.A.

#### Relatório da Administração 2010

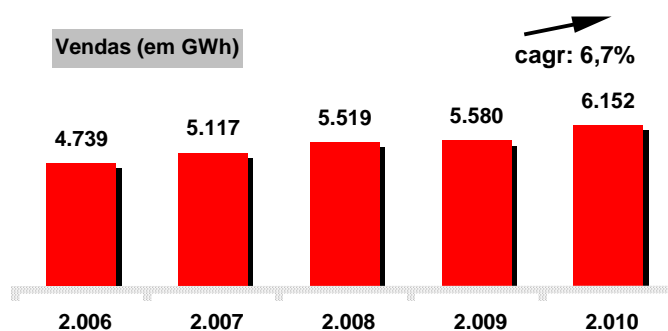
de Geração Própria e Terceirizada. No exercício de 2010, dos 143 municípios do Estado, 111 foram atendidos por meio do Sistema Interligado e 32 pelo Sistema Isolado.

#### Mercado Consumidor

O fornecimento de Energia Elétrica apresentou um excelente desempenho em 2010. O crescimento foi de 10,3% em relação ao exercício anterior, passando de 5.580 GWh em 2009 para 6.152 GWh em 2010.

A classe residencial responsável por 39,2% do consumo total, apresentou elevada evolução de 12,2%, passando de 2.150 GWh em 2009 para 2.411 GWh em 2010, e a classe comercial, a segunda mais representativa, com participação de 21,8% do consumo total, registrou um crescimento expressivo de 9,2%, passando de 1.225 GWh em 2009 para 1.338 GWh em 2010. O ótimo desempenho observado nessas duas classes foram influenciados, principalmente, pelas condições favoráveis da conjuntura econômica devido ao aumento da oferta de emprego e da renda, além das condições de crédito que favoreceu a aquisição de aparelhos eletrodomésticos. O consumo residencial médio apresentou um aumento de 5,0%, passando de 128,1 em 2009 para 134,5 kWh/mês em 2010.

A classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 20,9%, apresentou um crescimento de 10,3%. Essa classe foi fortemente impactada pela crise financeira internacional de 2008, que afetou consideravelmente as atividades industriais do Estado, em especial, os ramos de extração e tratamento de minerais, metalurgia e madeira. A retomada ocorreu somente a partir do segundo semestre de 2009, com crescimentos anuais de 25,4% no ramo da metalurgia, 6,4% no ramo de tratamento de minerais não metálicos e 4,5% no setor de alimentos e bebidas.



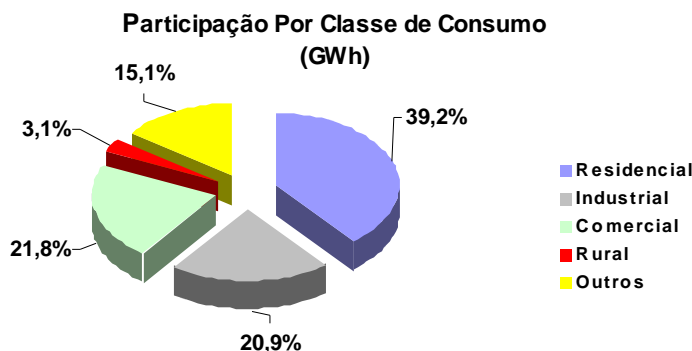


## Relatório da Administração

### Centrais Elétricas do Pará S.A.

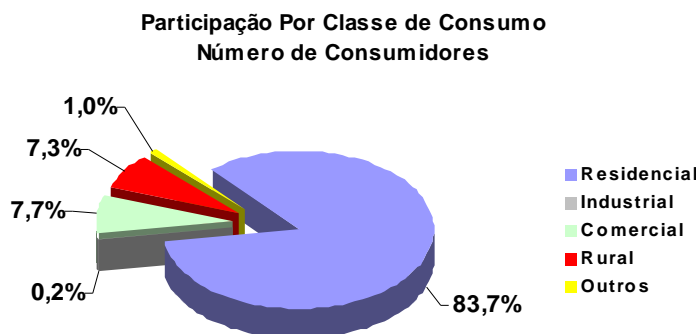
#### Relatório da Administração 2010

A classe rural merece destaque, não pela sua representatividade em relação ao total distribuído, mas sim com relação ao crescimento percentual. Dentre as demais, foi a que apresentou a maior taxa do período: 17,7%, basicamente em decorrência da continuação dos Programas de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica e o Programa Luz Para Todos.



#### Consumidores

A CELPA registrou um total de 1.761.499 unidades consumidoras, representando um crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior, correspondente a um incremento de 94.838 novas unidades. O número de clientes residenciais atingiu 1.475.157, evoluindo 6,5% em relação a 2009, o que representa 89.959 novas unidades ligadas em 2010.



#### Perdas

Calculada pela diferença entre o consumo e a energia requerida, as perdas totais no ano de 2010 totalizaram 2.788 GWh, o correspondente a 30,5%. O nível de perdas globais se estabilizou de 2009 para 2010, fruto dos investimentos e empenho da administração da companhia em reduzir o indicador.

## Relatório da Administração

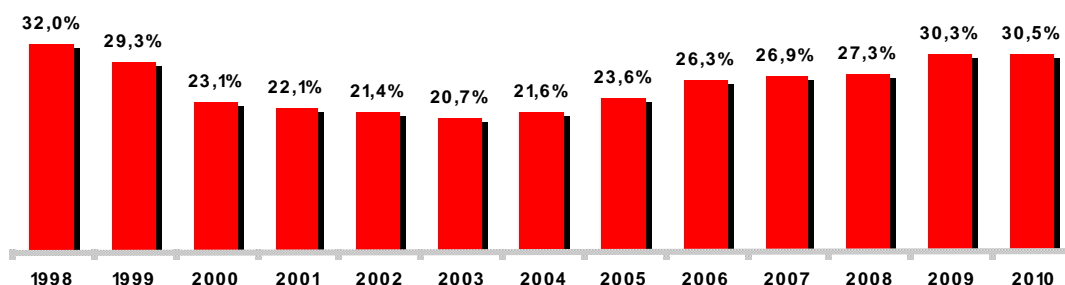
# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

Ressalte-se que os principais fatores que dificultam a contenção são:

- Crescimentos Urbano desordenado;
- Existência de quadrilhas especializadas em vendas de fraudes;
- Surgimento de novas áreas de invasão,.
- Implementação do Programa de Expansão Rural; e
- Dificuldades para execução de inspeções de combate à fraude, em razão do aumento da violência.

### Histórico das Perdas



Índices calculados a partir do mercado faturado (fio)

A CELPA, com o seu Programa de Redução de Perdas de energia elétrica, tem como base os projetos que, no ano de 2010, somaram um investimento total de R\$ 85,0 milhões.

- Fiscalização de Unidades consumidoras dos Grupos A e B;
- Tecnologia: PSH, SMC, Systrafo, SMIT, AMRNet;
- Regularização de clientes sem medição através da instalação do CPRede;
- Regularização de áreas de Invasão;
- Projetos Sociais: Geladeira, Adequação de Consumo, Lâmpadas Econômicas;
- Projetos Integrais de Cobranças;
- Comunicação com a sociedade.

Com o crescimento constante do furto de energia, seja por irregularidade na medição ou por desvio, a empresa manteve para o ano de 2010, uma fiscalização ostensiva em todas as unidades consumidoras da região metropolitana de Belém e do interior do estado.

A CELPA vem investindo em tecnologia de redes de distribuição, como é o caso da rede PSH, tecnologia conjugada com o sistema de medição centralizada e desenvolvida pela Landis+Gyr, que utiliza a medição por fase através do "shunt" em um concentrador. A Empresa conta hoje

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

com quase 97 mil clientes instalados no SMC, dos quais, até dezembro de 2010, 72% já estavam sendo faturados pela companhia.

Para consumidores de média tensão, a companhia está investindo em conjuntos blindados – Systrafos, além dos conjuntos desenvolvidos para consumidores de baixa tensão com medição indireta, incluindo a telemedição. A companhia também está aprimorando a CPRede, através da AMRNet, o que irá possibilitar a telemedição para consumidores ligados na caixa padrão, possibilitando inclusive cortes e religações remotos.

A concessionária está desenvolvendo programas sociais no intuito de conscientizar seus clientes quanto a necessidade de evitar o desperdício, bem como no que tange ao combate as perdas de energia elétrica. Neste sentido, destaca-se o Projeto Luz, que em parceria com o Banco da Amazônia, tem como principal objetivo adequar o consumo de energia a renda dos consumidores de menor poder aquisitivo, através das seguintes ações:

- Adequação da rede elétrica interna das residências dos referidos consumidores;
- Doação de geladeiras e de lâmpadas fluorescentes compactas;
- Esclarecimentos na utilização adequada e conservação dos equipamentos elétricos.

Uma outra ação da companhia é a regularização de clientes situados em área de invasão. O investimento abrange toda a extensão de rede, instalação de postes e respectivos circuitos de BT/MT, além de novos transformadores de distribuição. Com isso, a companhia pretende beneficiar 107 mil domicílios, distribuídos entre a região metropolitana de Belém e interior do estado, com recursos já captados com o BNDES.

Nesse contexto, destaca-se também o Projeto de Performance de Fiscalização e Arrecadação, que compreende a contratação de serviços com base em resultados, com a finalidade de realizar cortes, religações e fiscalizações.

### DEC / FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes) e TMA - Tempo Médio de Atendimento, que mostra o tempo médio em que são atendidas as reclamações e solicitações dos clientes (medido em minutos).

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

---

Indicador	2010	2009
DEC	101,87	83,44
FEC	53,02	48,40

O indicador de qualidade DEC apresentou uma elevação de 22,1% em relação ao exercício anterior principalmente em função da grande expansão do sistema elétrico na área rural, onde as linhas estão chegando aos mais distantes rincões do Estado do Pará. Essas áreas, que apesar de abrangerem 22% dos consumidores da CELPA, contribuem com mais de 50% da variação do DEC e do FEC total.

Essas regiões são afastadas dos pólos de manutenção e apresentam geografia complexa, presença de reservas indígenas, densa vegetação, fatores climáticos adversos, alta dispersão entre os consumidores fora das áreas urbanas e infra-estrutura viária precária, o que compromete o desempenho operacional, bem como os atendimentos emergenciais e de manutenção.

### Atendimento aos Clientes

A CELPA investe permanentemente em infraestrutura e tecnologia, com o intuito de promover melhorias no relacionamento com seus clientes. Nesse sentido, destacam-se a seguir as principais ações da companhia:

- Ampliação do atendimento CELPA Digital a todas as agências da Região Metropolitana;
- Construção de uma nova Central de Atendimento ao Cliente (CAC) com instalação de nova plataforma de Call Center, equipamentos modernos, tecnologia de ponta, e ampliação da capacidade de atendimento;
- Ampliação dos serviços disponíveis na internet. Em 2010, foram implementados 14 novos serviços ao cliente, disponibilizados na Agência Web;
- Projeto Transparência: projeto de relacionamento voltado ao atendimento direto nas comunidades de todas as regiões do Estado. O projeto conta com uma Agência Móvel que, além de fazer o contato e o diálogo com a comunidade, presta serviços de atendimento aos clientes nos locais onde atua. Em 2010 mais de 2,9 mil pessoas receberam orientações por meio do Projeto Transparência.
- Projeto ABC da Energia: iniciado em setembro de 2009 e concluído em 2010, o projeto teve por objetivo realizar palestras nas escolas de ensino fundamental sobre consumo eficiente e uso racional de energia elétrica e sustentabilidade.
- Recertificação ISO 9001: o Sistema de Gestão da Qualidade é uma ferramenta de gestão adotada pela Celpa, que prioriza ações voltadas para a melhoria contínua da qualidade dos

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

---

serviços prestados. Em 2010, os processos de relacionamento com cliente por meio da Ouvidoria e do Órgão Regulador (ANEEL) e sua agência Estadual (ARCON) foram recertificados, em conformidade com a Norma ISO 9001.

Com relação aos investimentos em tecnologia, destacam-se:

- Implantação de nova central telefônica da Central de Atendimento ao Cliente, com tecnologia de ponta, mais qualidade ao serviço e maior agilidade no resgate das gravações;
- Ampliação do uso da tecnologia de medição remota. Essa tecnologia proporciona mais agilidade na execução dos serviços, redução de falhas no processo de leitura e maior qualidade na informação.

### Conciliação das Demonstrações Financeiras Regulatórias

#### Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 – *Service Concession Arrangements*, referente a contabilização das concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 – Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC – Estrutura Conceitual). A ANEEL considera que esses ajustes não representam o negócio das concessionárias e, portanto, divulgou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue abaixo a conciliação entre demonstração financeira societária e da regulatória.

## Relatório da Administração

## Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

Balço Patrimonial

ATIVO	31/12/2010	Ajustes	31/12/2010	31/12/2009	Ajustes	31/12/2009
	Regulatório	regulatórios	Societário	Regulatório	regulatórios	Societário
				Reapresentado		Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Ativo regulatório	79.274	(79.274)	-	40.205	(40.205)	-
Outros ativos circulante não afetados	1.357.507	-	1.357.507	918.964	-	918.964
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.436.781</b>	<b>(79.274)</b>	<b>1.357.507</b>	<b>959.169</b>	<b>(40.205)</b>	<b>918.964</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Sub-rogação da CCC	473.617	(335.108)	138.509	473.617	(472.927)	690
Ativo regulatório	45.790	(45.790)	-	25.195	(25.195)	-
Ativo financeiro	-	275.831	275.831	-	180.009	180.009
Outros realizáveis a longo prazo não afetados	368.410	-	368.410	894.090	-	894.090
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>887.817</b>	<b>(105.067)</b>	<b>782.750</b>	<b>1.392.902</b>	<b>(318.113)</b>	<b>1.074.789</b>
Investimento	25.782	-	25.782	25.918	-	25.918
Imobilizado - líquido	1.967.620	(1.967.620)	-	1.657.227	(1.657.227)	-
Intangível - líquido	26.311	2.026.897	2.053.208	19.819	1.950.145	1.969.964
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.907.530</b>	<b>(45.790)</b>	<b>2.861.740</b>	<b>3.095.866</b>	<b>(25.195)</b>	<b>3.070.671</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>4.344.311</b>	<b>(125.064)</b>	<b>4.219.247</b>	<b>4.055.035</b>	<b>(65.400)</b>	<b>3.989.635</b>
<b>PASSIVO</b>						
PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2010	Ajustes	31/12/2010	31/12/2009	Ajustes	31/12/2010
	Regulatório	regulatórios	Societário	Regulatório	regulatórios	Societário
				Reapresentado		Reapresentado
Passivo regulatório	24.051	(24.051)	-	10.724	(10.724)	-
Outros passivos circulante não afetados	1.377.368	-	1.377.368	1.124.830	-	1.124.830
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.401.419</b>	<b>(24.051)</b>	<b>1.377.368</b>	<b>1.135.554</b>	<b>(10.724)</b>	<b>1.124.830</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Passivo regulatório	1.690	(1.690)	-	10.830	(10.830)	-
Outros passivos não circulante não afetados	1.950.220	-	1.950.220	1.872.411	-	1.872.411
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.951.910</b>	<b>(1.690)</b>	<b>1.950.220</b>	<b>1.883.241</b>	<b>(10.830)</b>	<b>1.872.411</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social	518.932	-	518.932	518.932	-	518.932
Reserva de capital	-	-	-	36.914	-	36.914
Reservas de lucro	-	-	-	176.617	-	176.617
Prejuízos acumulados	83.650	(99.323)	(15.673)	(118.428)	(43.846)	(162.274)
Outros resultados abrangentes	388.400	-	388.400	422.205	-	422.205
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>990.982</b>	<b>(99.323)</b>	<b>891.659</b>	<b>1.036.240</b>	<b>(43.846)</b>	<b>992.394</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>4.344.311</b>	<b>(125.064)</b>	<b>4.219.247</b>	<b>4.055.035</b>	<b>(65.400)</b>	<b>3.989.635</b>

## Relatório da Administração

## Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

## Demonstração do Resultado

	31/12/2010 Regulatório	Ajustes regulatórios	31/12/2010 Societário	31/12/2009 Regulatório Reapresentado	Ajustes regulatórios	31/12/2009 Societário Reapresentado
<b>Receita Operacional</b>	<b>2.503.402</b>	<b>(448.652)</b>	<b>2.952.054</b>	<b>2.119.231</b>	<b>(173.065)</b>	<b>2.292.296</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
Impostos sobre vendas	(733.773)	-	(733.773)	(622.540)	-	(622.540)
Encargos do consumidor	(111.374)	(4.054)	(107.320)	(89.505)	(19)	(89.486)
	<b>(845.147)</b>	<b>(4.054)</b>	<b>(841.093)</b>	<b>(712.045)</b>	<b>(19)</b>	<b>(712.026)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.658.255</b>	<b>(452.706)</b>	<b>2.110.961</b>	<b>1.407.186</b>	<b>(173.084)</b>	<b>1.580.270</b>
Custo do serviço de energia elétrica	(838.644)	14.195	(852.839)	(766.336)	(26.031)	(740.305)
Custo de operação	(348.330)	491.665	(839.995)	(286.488)	173.794	(460.282)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>471.281</b>	<b>53.154</b>	<b>418.127</b>	<b>354.362</b>	<b>(25.321)</b>	<b>379.683</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
Despesas com vendas	(86.504)	-	(86.504)	(94.005)	-	(94.005)
Despesas gerais e administrativas	(125.426)	-	(125.426)	(108.468)	-	(108.468)
Outras despesas operacionais	(4.131)	-	(4.131)	(11.560)	-	(11.560)
	<b>(216.061)</b>	<b>-</b>	<b>(216.061)</b>	<b>(214.033)</b>	<b>-</b>	<b>(214.033)</b>
Resultado do Serviço	255.220	53.154	202.066	140.329	(25.321)	165.650
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(326.433)</b>	<b>2.323</b>	<b>(328.756)</b>	<b>(78.945)</b>	<b>5.344</b>	<b>(84.289)</b>
Receitas Financeiras	298.405	5.150	293.255	371.533	6.687	364.846
Despesas Financeiras	(624.838)	(2.827)	(622.011)	(450.478)	(1.343)	(449.135)
Outros Resultados	(1.160)	-	(1.160)	(10.397)	-	(10.397)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(72.373)</b>	<b>55.477</b>	<b>(127.850)</b>	<b>50.987</b>	<b>(19.977)</b>	<b>70.964</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	27.115	-	27.115	17.092	-	17.092
<b>Lucro líquido antes das reversões dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>(45.258)</b>	<b>55.477</b>	<b>(100.735)</b>	<b>68.079</b>	<b>(19.977)</b>	<b>88.056</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(45.258)</b>	<b>55.477</b>	<b>(100.735)</b>	<b>68.079</b>	<b>(19.977)</b>	<b>88.056</b>

## Desempenho Econômico-Financeiro

Valores em R\$ mil	2.006	2.007	2.008	2.009	Reapresentado		Var. % 2009-2010 *	CAGR % 2006-2010
					2.009	2.010		
Vendas em GWh	4.739	5.117	5.519	5.580	5.580	6.152	10,3%	6,7%
Número de consumidores	1.392.930	1.498.154	1.550.563	1.666.661	1.666.661	1.761.499	5,7%	6,0%
Receita operacional bruta	1.698.501	1.755.156	1.897.387	2.120.278	2.292.296	2.952.054	28,8%	14,8%
Receita operacional líquida	1.026.741	1.129.491	1.263.611	1.408.233	1.580.270	2.110.961	33,6%	19,7%
EBITDA (1)	286.343	287.158	214.528	295.191	284.365	328.374	15,5%	3,5%
Margem Ebitda (%) (2)	27,9%	25,4%	17,0%	21,0%	18,0%	15,6%	-13,6%	-13,6%
Lucro (prejuízo) líquido	79.359	114.217	(3.875)	121.707	88.056	(100.735)	-214,4%	
Dívida financeira líquida (3)	400.685	438.254	946.129	964.607	964.607	1.155.888	19,8%	30,3%
Dívida financeira líquida / EBITDA	1,4	1,5	4,4	3,3	3,4	3,5	3,8%	25,9%
Patrimônio líquido	1.281.238	1.111.521	1.066.725	1.157.689	992.394	891.659	-10,2%	-8,7%
Índice de endividamento (4)	23,8%	28,3%	47,0%	45,5%	49,3%	56,5%	14,5%	24,1%

\* Var. % 2009-2010 é o resultado da variação percentual entre o ano de 2009 reapresentado e 2010.

- (1) Ebitda: Resultado antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e ganhos/perdas na alienação/desativação de bens e direitos.
- (2) Margem Ebitda: Ebitda / Receita Operacional Líquida.
- (3) Dívida Financeira Líquida: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures ( - ) Disponibilidades.
- (4) Índice de endividamento: Dívida Financeira Líquida / (Dívida financeira Líquida + Patrimônio Líquido).

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

### Relatório da Administração 2010

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 28,8%, passando de R\$ 2.292,1 milhões em 2009 para R\$ 2.952,1 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 10,3%, da variação de 6,5% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final e aumento de 181,2% na receita de construção, que passou de R\$ 173,8 milhões em 2009 para R\$ 488,8 milhões em 2008. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o aumento da receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 16,3%, passando de R\$ 2.118,5 milhões em 2009 para R\$ 2.463,3 milhões em 2010.

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 852,8 milhões em 2010, portanto, 15,2% acima dos R\$ 740,3 milhões verificado em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i. aumento de 3,8% na energia comprada para atendimento ao aumento da demanda (8.463 GWh em 2009 e 8.784 GWh em 2010); ii. aumento de 12,7% no preço médio para compra de energia; e iii. aumento de 3,5% nos custos dos encargos de uso do sistema.

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 840,0 milhões em 2010, representando um aumento de 82,8% em relação aos R\$ 459,4 milhões de 2009. No entanto, para uma correta análise, o custo de construção deve ser excluído desses totais, uma vez que existem as respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita. Assim, retirando-se esses efeitos, o custo de operação passou de R\$ 285,6 milhões em 2009 para R\$ 351,2 milhões em 2010, representando um aumento de 23,0%, influenciado principalmente pelo aumento de R\$ 54,7 milhões no custo de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Já as despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram apenas 0,9%, passando de R\$ 214,0 milhões em 2009 para R\$ 216,1 milhões em 2010.

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$ 284,4 milhões em 2009 para R\$ 328,4 milhões em 2010, representando um aumento de 15,5%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, uma vez que, líquida dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), a receita



## Relatório da Administração

### Centrais Elétricas do Pará S.A.

#### Relatório da Administração 2010

operacional líquida apresentou um aumento de 15,3%, indicando que os custos e despesas operacionais cresceram na mesma proporção da receita.

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 84,3 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 328,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$ 244,5 milhões de um período para o outro. As duas rubricas que mais influenciaram esse aumento foram:

- Variação monetária líquida (receita menos despesa) que passou de um resultado positivo (receita) de R\$ 94,2 milhões em 2009 para um resultado negativo (despesa) de R\$ 20,9 milhões em 2010, representando uma variação de R\$ 115,1 milhões, o principal fator impactante deste resultado foi o aumento do endividamento financeiro em 39,1% (R\$ 453,1 milhões).
- Redução de encargos financeiros oriundos dos parcelamentos de impostos, Lei 11.941/2009. Em 2009, foi registrado uma receita não recorrente de R\$ 134,6 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos.

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi de um prejuízo de R\$ 100,7 milhões em relação ao lucro de R\$ 88,1 milhões em 2009.

#### Endividamento Financeiro

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e encargos passou de R\$ 1.160,0 milhões em 2009 para R\$ 1.613,1 milhões em 2010, representando um aumento de 39,1% (R\$ 453,1 milhões). Essa variação foi influenciada principalmente (i) aumento de R\$ 140,9 milhões no saldo da dívida com o BNDES, montante destinado a investimentos no plano de melhoria da companhia; (ii) aumento de R\$ 108,4 milhões no saldo da dívida com a Eletrobrás, basicamente relativo ao Programa Luz Para Todos; (iii) aumento de R\$ 298,6 milhões no saldo da dívida com capital de giro; e (iv) redução de R\$ 59,9 milhões no saldo da dívida com o BID, devido a amortização do principal e melhora na taxa de câmbio entre 2009 e 2010.

Considerando-se portanto a dívida líquida das disponibilidades (caixa e aplicações) e sub-rogação CCC, saldo passou de R\$ 963,9 milhões em 2009 para R\$ 1.017,4 milhões em 2010, representando um aumento de 5,5% (R\$ 53,5 milhões).

**Relatório da Administração****Centrais Elétricas do Pará S.A.****Relatório da Administração 2010**

O endividamento em moeda nacional representa 86,9% (R\$ 1.402,5 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representam 13,1% (R\$ 210,8 milhões). Vale acrescentar que, do total da dívida em moeda estrangeira, R\$ 151,4 milhões estão protegidos contra as oscilações da variação cambial por meio de *swap*.

**Indicadores**

A produtividade da empresa pode ser avaliada pelos indicadores abaixo:

	<b>2.010</b>	<b>2.009</b>	<b>Var.%</b>
Consumidor por empregado	816	784	4,1%
Consumo (MWh) por empregado	2.851	2.626	8,6%
Consumo (MWh) por consumidor	3,5	3,3	4,3%
Receita bruta (R\$ mil) por empregado	1.368	1.079	26,8%
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor	1,7	1,4	21,8%

Número de consumidores: de 1.666.661 em 2009 para 1.761.499 em 2010;

Empregados (próprios): de 2.125 para 2.158 ;

Consumo (MWh): de 5.580.203 para 6.152.238;

Receita bruta: de R\$ 2.292.296 para 2.952.054.

**Investimentos**

<b>R\$ mil</b>	<b>2.010</b>	<b>2.009</b>	<b>Var%</b>
Programa Luz Para Todos / Universalização	310.840	183.877	69,05%
Interligação da Ilha de Marajó	78.105	60.404	29,30%
Redução de Perdas	85.040	23.240	265,92%
Manutenção e melhorias do sistema	211.626	83.556	117,53%
<b>Total</b>	<b>685.611</b>	<b>351.077</b>	<b>87,94%</b>

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2010, a companhia investiu R\$ 310,8 milhões no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

Tucuruí até o Marajó. Em 2010, a CELPA investiu R\$ 78,1 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2010 foram investidos R\$ 85,0 milhões.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 211,6 milhões em 2010.

Dos R\$ 685,6 milhões investidos em 2010, R\$ 388,9 milhões referem-se a programas subsidiados pelo governo e R\$ 296,7 milhões referem-se a investimentos com recursos próprios. Vale acrescentar que a CELPA recebeu R\$ 530 milhões em recursos provenientes de um aporte de capital pelo Fundo FI-FGTS, na Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), para investimentos em seu plano melhorias do sistema.

### Ambiente Regulatório

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.035 de 03 de agosto de 2010, com vigência a partir de 07 de agosto de 2010, fixou o Reajuste Tarifário Anual Médio em 15,83%, sendo 9,84% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 5,98% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 10,80% a ser percebido pelos consumidores cativos, onde 10,47% para os consumidores cativos conectados em Alta Tensão (AT) e de 10,94% para os cativos conectados em Baixa Tensão (BT).

### Responsabilidade Socioambiental

Baseada na Política de Sustentabilidade da sua controladora, REDE ENERGIA, a CELPA investiu em projetos socioambientais que visam o desenvolvimento regional, a geração de renda, o esporte e a educação:

- A Escola Nuremberg Borja de Brito Filho, é o mais importante investimento social desenvolvido e mantido pela CELPA . Escola de Educação Infantil (Pré I e Pré II) e Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) que atende a 340 crianças de famílias de baixa renda.

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

---

Realiza acompanhamento Médico-Nutricional, Odontológico, Psicológico, Fonoaudiológico e do Serviço Social e oferece quatro alimentações diárias, material pedagógico e de higiene pessoal, uniforme completo e uma cesta básica mensal para as famílias dos alunos, não só os matriculados, como também os ex-alunos que mantêm bom rendimento escolar. Desde o início das atividades da Nuremberg Filho, em 2001, cerca de 700 famílias do bairro já foram beneficiadas;

- Concurso Cultural Energias do Mundo, desenvolvido nas escolas e promovido pela companhia, com o tema "A História das Energias do Mundo: passado, presente e futuro", ofereceu a oportunidade de professores e alunos estabelecerem reflexões e práticas sobre o tema ambiental. Os melhores trabalhos são premiados;
- Projeto Luz em Conta, beneficiou cerca duas mil famílias de baixa renda com a troca gratuita de geladeiras, bem como a substituição de lâmpadas de alto consumo por outras novas e mais eficientes;
- Com tema ligado à educação ambiental, foi patrocinado pela CELPA o livro Lelê e Trix - O Gigante Monstruoso do Lixo, que trata da conservação do planeta e da importância do consumo consciente e seguro;
- Apoio ao movimento Todos pela Educação;
- Programa de orientação para o uso racional e consciente da energia, por meio do Projeto ABC da Energia, realizou palestras e distribuição de cartilhas;
- Projeto Criança Luz, que atende 13 escolas comunitárias de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Belém e do município de Castanhal (PA), beneficiando mais de 2.000 crianças de famílias de baixa renda, com idades entre 3 e 9 anos. O objetivo do Criança Luz é contribuir para o desenvolvimento intelectual, físico, social e cultural das crianças atendidas. A companhia fornece uniformes, material escolar e alimentos às escolas;
- Apoio ao Instituto Ethos, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU);
- Projeto Agenda Criança Amazônia em parceria com a ONU.
- Além do apoio á diversos projetos da comunidade, através do Fundo da Criança e do adolescente.

### Benefícios aos Colaboradores

Os benefícios oferecidos pela companhia visam a qualidade de vida, bem estar e a valorização de seus colaboradores. A companhia oferece assistência médica e odontológica com ampla rede credenciada; vales alimentação e refeição; transporte; auxílio creche; previdência privada;

## Relatório da Administração

# Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

---

seguro de vida; reconhecimento por tempo de serviço; bolsa de estudo; e programa de participação nos resultados, importante ferramenta de gestão estratégica. A CELPA respeita os direitos fundamentais de seus profissionais, propiciando excelente condição de trabalho, dentro de um ambiente saudável, tornando-os altamente capacitados para um mercado cada vez mais competitivo.

### Evento Subseqüente

A CELPA continuará com a execução do Programa “Luz Para Todos”, cujo principal objetivo é o fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais que ainda não tem acesso a esse serviço público. A meta da concessionária para 2011 é o atendimento de aproximadamente 50.230 novos consumidores.

A Celpa iniciará ainda em 2011, a 2ª etapa de interligação da ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional, cuja configuração abrange a construção de 10 e ampliação de 02 subestações, construção de 642 km de Linha de Transmissão e 235 km de linha de distribuição com investimento de R\$ 248,6 milhões, beneficiando 12 localidades.

### Audidores Independentes

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo do exercício social, referem-se somente à auditoria das Demonstrações Financeiras.

### Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, Fornecedores e Prestadores de Serviços e, em especial aos nossos colaboradores pela dedicação em mais este ano de realizações.

### Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras ora apresentadas, bem como com a opinião

## **Relatório da Administração**

# **Centrais Elétricas do Pará S.A.**

## **Relatório da Administração 2010**

---

dos auditores independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras.

**A Administração**

## Relatório da Administração

## Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

**BALANÇOS SOCIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (NÃO AUDITADOS)**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2010			31/12/2009		
	R\$			R\$		
				Reapresentado		
<b>1. Base de cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)	2.110.961			1.580.270		
Resultado Operacional (RO)	(127.850)			70.964		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	79.266			102.291		
	% sobre			% sobre		
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
<b>2. Indicadores sociais Internos</b>						
Alimentação	11.461	14,5	0,5	8.809	8,6	0,6
Encargos sociais compulsórios	16.847	21,3	0,8	20.991	20,5	1,3
Previdência privada	2.377	3,0	0,1	1.169	1,1	0,1
Saúde	10.712	13,5	0,5	4.041	4,0	0,3
Segurança e medicina no trabalho	2.430	3,1	0,1	1.523	1,5	0,1
Educação	186	0,2	0,0	192	0,2	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional	627	0,8	0,0	326	0,3	0,0
Auxílio-creche	1.093	1,4	0,1	847	0,8	0,1
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	3.177	4,0	0,2	4.802	4,7	0,3
Participação dos administradores no resultado	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	(5)	0,0	0,0	1.199	1,2	0,1
Vale-transporte - excedente	684	0,9	0,0	739	0,7	0,0
Outros benefícios	3.442	4,3	0,2	1.809	1,8	0,1
	<b>53.031</b>	<b>67,0</b>	<b>2,5</b>	<b>46.447</b>	<b>45,4</b>	<b>3,0</b>
	% sobre			% sobre		
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
<b>3. Indicadores sociais externos</b>						
Educação - Fundação Aquarela	2.199	(1,7)	0,1	2.325	3,3	0,1
Cultura	249	(0,2)	0,0	12	0,0	0,0
Esporte e lazer	63	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Doações/contribuições	570	(0,4)	0,0	847	1,2	0,1
<b>Subtotal</b>	<b>3.081</b>	<b>(2,3)</b>	<b>0,1</b>	<b>3.184</b>	<b>4,5</b>	<b>0,2</b>
<b>Programas Sociais:</b>						
Programa Luz para Todos	291.468	(228,0)	13,8	168.484	237,4	10,7
Programa Universalização	19.372	(15,2)	0,9	15.393	21,7	1,0
Interligação Ilha do Marajó	78.105	(61,1)	3,7	60.404	85,1	3,8
Outros	16	0,0	0,0	158	0,2	0,0
<b>Subtotal</b>	<b>388.961</b>	<b>(304,3)</b>	<b>18,4</b>	<b>244.439</b>	<b>344,4</b>	<b>15,5</b>
<b>Total de contribuições para a sociedade</b>	<b>392.042</b>	<b>(306,6)</b>	<b>18,5</b>	<b>247.623</b>	<b>348,9</b>	<b>15,7</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	732.688	(573,1)	34,7	632.382	891,1	40,0
<b>Total indicadores sociais externos</b>	<b>1.124.730</b>	<b>(679,7)</b>	<b>53,2</b>	<b>880.005</b>	<b>1.240,0</b>	<b>55,7</b>
	% sobre			% sobre		
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
<b>4. Indicadores ambientais</b>						
<b>Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa</b>						
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	3.090	(2,4)	0,1	2.746	3,9	0,2
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME)	1.546	(1,2)	0,1	1.373	1,9	0,1
Programa de Eficiência Energética - PEE	7.714	(6,0)	0,4	6.864	9,7	0,4
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.086	(2,4)	0,1	2.746	3,9	0,2
<b>Total de investimentos relacionados com a prod./operação da empresa</b>	<b>15.436</b>	<b>(12,0)</b>	<b>0,7</b>	<b>13.729</b>	<b>19,4</b>	<b>0,9</b>

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(x) não possui metas  
( ) cumpre de 51 a 75%  
( ) cumpre de 0 a 50%  
( ) cumpre de 76 a 100%

(x) não possui metas  
( ) cumpre de 51 a 75%  
( ) cumpre de 0 a 50%  
( ) cumpre de 76 a 100%

## Relatório da Administração

## Centrais Elétricas do Pará S.A.

## Relatório da Administração 2010

BALANÇOS SOCIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (NÃO AUDITADOS)  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Indicadores do corpo funcional (*)	31/12/2010 (em unidades)	31/12/2009 (em unidades)
Nº de empregados no final do período	2.158	2.125
Escolaridade dos empregados:		
Superior e pós-graduação	454	442
Ensino médio	1.494	1.468
Ensino fundamental	210	215
Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	354	513
De 30 até 45 anos (exclusive)	1.231	1.117
Acima de 45 anos	573	495
Nº de admissões durante o período	128	90
Nº de empregados desligados no período	95	110
Nº de mulheres que trabalham na empresa	675	672
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº total de mulheres	3,11%	2,38%
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº total de gerentes	25%	19,50%
Nº de negros que trabalham na empresa	1.353	1.322
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros	3%	2,87%
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de gerentes	48,2%	46,3%
Nº de empregados portadores de deficiência física	74	79
Nº de dependentes	3.516	3.657
Nº de estagiários	34	27
Nº de empregados terceirizados/temporários	2.038	2.041

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (*)	2010			METAS 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,48			ND		
Número total de acidentes de trabalho	22			20		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( x ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( x ) todos(as) + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( x ) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( x ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( x ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( x ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( x ) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( x ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( x ) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( x ) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.378	no Procon 1.969	na Justiça 521	na empresa 3.276	no Procon 1.910	na Justiça 567
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,43%	no Procon 68,31%	na Justiça 91,74%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 90%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 31/12/2010: R\$ 1.435.125			Em 31/12/2009: R\$ 1.352.471		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59,74 % governo 0 % acionistas	4,31 % colaboradores(as) 42,97 % terceiros	(7,02 %) prejuízo	54,13 % governo 1,39 % acionistas	6,07 % colaboradores(as) 33,29% terceiros	5,12 % retido

## 7. Outras Informações

a) Nos dados referentes a reclamações e críticas "Na Empresa", foram considerados aqueles que entraram via ouvidoria e, no percentual de críticas atendidas ou solucionadas, considerou-se aquelas que foram atendidas e respondidas ao consumidor.

b) Em virtude dos novos pronunciamentos contábeis, e visando aprimorar a qualidade das informações apresentadas, algumas informações adicionais foram incluídas, assim, quando aplicável, os valores e dados de 2009 foram reclassificados para melhor comparabilidade.

c) Negros - inclui negros e pardos, homens e mulheres

d) (\*) Informações não auditadas.

Demonstração Complementar ao Relatório da Administração.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA**

#### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E EM 1 DE JANEIRO DE 2009**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km<sup>2</sup> (\*), atendendo 1.761.499 (\*) consumidores em 143 (\*) municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia possui significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos no ativo imobilizado, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão o acordo de investimento firmado com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) que visa investir na construção, modernização, reforma, manutenção, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura; e a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras.

##### **1.1. Autorização de conclusão das demonstrações financeiras**

A autorização para emissão das demonstrações financeiras ocorreu na reunião da Diretoria em 2/3/2011.

(\*) Informações não auditadas.

#### **2. DAS CONCESSÕES**

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período, com as seguintes características:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

UTE	<u>Capacidade total instalada MW (*)</u>	<u>Capacidade total utilizada MW (*)</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
Concessão de 11 Usinas Termelétricas próprias e 23 terceirizadas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 5 MW: Santana do Araguaia, Breves, Portel, Alenquer, Jurutí, Monte Alegre, Oriximiná, Soure e Óbidos.	<u>105,01</u>	<u>71,99</u>	<u>28/7/1998</u>	<u>28/7/2028</u>

(\*) Informações não auditadas.

O contrato de concessão assinado com a União Federal, confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 2.1. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
- Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela A e a inflação (IGP-M) da Parcela B decrescido ou acrescido do Fator X (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar a cada 4 anos o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela “B”, tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

Segue abaixo o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Parcela A	Parcela B
<p><b>Encargos setoriais</b>  Reserva Global de Reversão – RGR (a)  Conta de Consumo Combustível – CCC (b)  Taxa de fiscalização – TFSEE (c)  Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA (d)  Conta de Desenvolvimento Energéticos – CDE (e)  Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (f)  Operador Nacional do Sistema (ONS)</p> <p><b>Encargos de transmissão</b>  Uso das instalações de transmissão  Uso das instalações de conexão  Uso das instalações de distribuição  Transporte de energia proveniente de Itaipu</p> <p><b>Compra de energia elétrica para revenda</b>  Contratos bilaterais de longo prazo e leilões  Energia de Itaipu  Contratos iniciais</p>	<p><b>Receita irrecuperável</b></p> <p><b>Despesas de operação e manutenção (g)</b>  Pessoal  Material  Serviços de terceiros  Despesas gerais e outras</p> <p><b>Despesas de capital</b>  Cotas de depreciação (h)  Remuneração do capital (i)</p>

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação anual de no mínimo 0,75% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa à parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 6,63% (\*) da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.158 (\*) funcionários, 2.038 (\*) prestadores de serviços e 34 (\*) estagiários, em 31/12/2010.

(\*) Informações não auditadas.

### 3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

##### a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFEF/ANEEL, de 31/12/2010.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 5.

##### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil de ativo intangível;
- Provisões;
- Passivos contingentes;
- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos; e
- Ativo financeiro – bens da concessão.

### 3.3. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 22.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

#### Ativos e passivos financeiros:

**a. Reconhecimento e Mensuração:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

**b. Classificação:** A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento, (iii) Empréstimos e recebíveis, (iv) Disponível para a venda.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados com mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (hedge);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

iv. Disponível para Venda: são ativos e passivos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima.

**c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

**Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

**Consumidores:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**Perda no valor recuperável (*impairment*):** Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

**Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições Sociais a Compensar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes as utilizadas pelo mercado, e a taxa WACC do setor elétrico para os casos referentes a assuntos regulatórios.

**Estoque (inclusive do ativo intangível em curso):** Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

**Investimentos:** Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

**Intangível:** Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

**Contratos de concessão:** Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

**Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

**Subvenção e assistência governamental:** A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

**Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes):** É realizada em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

**Teste de recuperabilidade econômica (*impairment*):** Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão (ativo financeiro e intangível) estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

**Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

**Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Outros Ativos (diferencial a receber) e “Operações de swap” (diferencial a pagar)” e o resultado apurado na conta “Outras Receitas e Despesas Financeiras (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

**Valor justo:** É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**Custo de empréstimos:** Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

**Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

**Outros direitos e obrigações:** Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano- calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

**Plano de aposentadoria e pensão:** A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como Pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

**Receita líquida de vendas:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

**Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

**Receita e custo de construção:** O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de construção, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação:** O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

**Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, sendo elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 24 – Partes relacionadas (CPC 05): Divulgação de partes relacionadas com o Governo. Vigência 1/1/2011;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (CPC 33 – Interpretação A): Esclarecimento sobre pagamentos antecipados. Vigência 1/1/2011.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

**Reclassificações e correções:** Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**Demonstrações dos resultados abrangentes:** As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

## 5. PRIMEIRA ADOÇÃO DOS CPCs - CONVERGENTES AS IFRS

### 5.1. ICPC 01 – Contratos de concessão (IFRIC 12)

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que delibera a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

- a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infra estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) Controla qualquer participação residual significativa na infra estrutura, no final do prazo da concessão.

Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:

- a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção; e
- b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 – Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.

A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:

- a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
- b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

### 5.2. Adoção da ICPC 01

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 2 maneiras:

- a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura); e
- b) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.

O direito de cobrar representa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. A ICPC 01 será aplicada a partir da data de transição de 1/1/2009. O valor a ser bifurcado é o saldo do ativo imobilizado até a data da transição. O ativo financeiro deve ser reconhecido inicialmente pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período,

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão. Assim, na nota explicativa nº 18 também é apresentada a posição patrimonial considerando que a concessão será renovada por igual período, o que não implicaria em alteração no resultado do exercício.

A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.

A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

### 5.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Companhia adotou a data de transição como 1/1/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas demonstrações financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. A seguir é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRS, segundo o CPC 37 - R1 que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 5.4. Reconciliação do balanço patrimonial em 1/1/2009 e 31/12/2009

	1/1/2009			31/12/2009		
	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado
<b>ATIVO</b>						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Consumidores (c)	450.569	(19.455)	431.114	540.879	(20.504)	520.375
Títulos a receber	2.841	(669)	2.172	2.847	(669)	2.178
(-) Perda no valor recuperável (a)	(44.115)	(34.145)	(78.260)	(49.435)	(39.595)	(89.030)
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	3.100	(3.100)	-	980	(980)	-
Ativos regulatórios (c)	29.194	(29.194)	-	40.205	(40.205)	-
Outros	36.632	(526)	36.106	45.644	(526)	45.118
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>695.213</b>	<b>(87.089)</b>	<b>608.124</b>	<b>1.021.443</b>	<b>(102.479)</b>	<b>918.964</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Consumidores	27.051	961	28.012	32.883	961	33.844
(-) Perda no valor recuperável (a)	-	(36.897)	(36.897)	-	(36.897)	(36.897)
Depósitos judiciais (d)	29.175	(4.622)	24.553	32.319	(6.357)	25.962
Sub-rogação CCC (e)	-	-	-	473.617	(472.927)	690
Impostos e contribuições sociais diferidos (b) (f)	137.967	69.360	207.327	37.389	72.727	110.116
Ativos regulatórios (c)	45.327	(45.327)	-	47.267	(47.267)	-
Ativo financeiro - concessões (g)	-	140.250	140.250	-	180.009	180.009
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>1.016.587</b>	<b>123.725</b>	<b>1.140.312</b>	<b>1.384.540</b>	<b>(309.751)</b>	<b>1.074.789</b>
Imobilizado - líquido (g)	1.999.006	(1.999.006)	-	1.657.227	(1.657.227)	-
Intangível - líquido (g)	19.060	1.858.755	1.877.815	19.819	1.950.145	1.969.964
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.057.477</b>	<b>(16.526)</b>	<b>3.040.951</b>	<b>3.087.504</b>	<b>(16.833)</b>	<b>3.070.671</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>3.752.690</b>	<b>(103.615)</b>	<b>3.649.075</b>	<b>4.108.947</b>	<b>(119.312)</b>	<b>3.989.635</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	106.003	(67)	105.936	219.379	(67)	219.312
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	19.678	(19.678)	-	21.384	(21.384)	-
Passivos regulatórios (c)	6.489	(6.489)	-	10.724	(10.724)	-
Outros	24.645	(171)	24.474	48.194	(171)	48.023
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>920.081</b>	<b>(26.405)</b>	<b>893.676</b>	<b>1.157.176</b>	<b>(32.346)</b>	<b>1.124.830</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (j)	422.882	33.261	456.143	315.452	33.261	348.713
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	7.687	19.678	27.365	8.123	21.384	29.507
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação (h) (i)	227.645	3.021	230.666	188.781	26.021	214.802
Provisão para contingências	10.786	-	10.786	10.329	5.811	16.140
Passivos regulatórios (c)	4.208	(4.208)	-	10.830	(10.830)	-
Outros	10.693	2.682	13.375	47.168	2.682	49.850
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.765.884</b>	<b>54.434</b>	<b>1.820.318</b>	<b>1.794.082</b>	<b>78.329</b>	<b>1.872.411</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Outros resultados abrangentes (h)	456.021	(3.021)	453.000	425.226	(3.021)	422.205
Prejuízos acumulados	-	(128.623)	(128.623)	-	(162.274)	(162.274)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.066.725</b>	<b>(131.644)</b>	<b>935.081</b>	<b>1.157.689</b>	<b>(165.295)</b>	<b>992.394</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.752.690</b>	<b>(103.615)</b>	<b>3.649.075</b>	<b>4.108.947</b>	<b>(119.312)</b>	<b>3.989.635</b>

(a) O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, altera os critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

de perda no valor recuperável (*impairment*). O montante registrado no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 34.145 (R\$ 39.595 em 31/12/2009) no circulante, e R\$ 36.897 (R\$ 36.897 em 31/12/2009) no não circulante de acordo com a nova metodologia de mensuração. Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos. Uma nova mensuração feita, por meio de uma análise criteriosa e à luz das alterações trazidas pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, levou a Administração a decidir pela constituição de perda no valor recuperável do valor integral desse instrumento financeiro, sendo o ajuste reconhecido na data da transição.

(b) Segundo o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, o saldo do ativo diferido no balanço de abertura no montante de R\$ 3.100 (R\$ 980 em 31/12/2009) e passivo fiscal diferido no montante de R\$ 19.678 (R\$ 21.384 em 31/12/2009) devem ser classificados integralmente como não circulante.

(c) Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). O saldo do ativo regulatório no balanço de abertura foi reduzido em R\$ 48.637 (R\$ 60.696 em 31/12/2009) no circulante nas rubricas “Consumidores” e “Ativos regulatórios” e R\$ 45.327 (R\$ 47.267 em 31/12/2009) no não circulante, e do passivo em R\$ 6.489 (R\$ 10.724 em 31/12/2009) no circulante e R\$ 4.208 (R\$ 10.830 em 31/12/2009) no não circulante.

(d) Na transição para IFRS, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes da rubrica, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas impactando no balanço de abertura em uma redução de R\$ 4.622 (R\$ 6.357 em 31/12/2009).

(e) A Sub-rogação da CCC refere-se a benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, referente a implantação do projeto de interligação da Ilha do Marajó. A contabilização desse benefício a receber estava de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.722 de 18/12/2009. Na transição para IFRS, os valores reconhecidos no ativo “Sub-rogação CCC” e no passivo “Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica – Valores pendentes de recebimentos”, foram apresentados líquido, ou seja, valores compensados. O ativo será reconhecido a medida que as obras forem concluídas e aprovadas pelo órgão regulador impactando em uma redução de R\$ 472.927 em 31/12/2009.

(f) O saldo do ativo fiscal diferido não circulante foi ajustado pelo reconhecimento dos efeitos fiscais dos ajustes. O ativo fiscal diferido no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 66.260 (R\$ 71.747 em 31/12/2009).

(g) Conforme mencionado no item 5.2, os ativos que representam os bens das concessões no balanço de abertura foram reclassificados do ativo imobilizado R\$ 1.999.006 (R\$ 1.657.227 em 31/12/2009) para o ativo intangível R\$ 1.858.755 (R\$ 1.950.145 em 31/12/2009) e ativo financeiro – bens da concessão R\$ 140.250 (R\$ 180.009 em 31/12/2009).



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

(h) O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, exige o reconhecimento de imposto diferido sobre a reavaliação de bens não depreciables. O ajuste gerou no balanço de abertura um incremento de R\$ 3.021 (R\$ 3.021 em 31/12/2009) nos encargos da reavaliação.

(i) O saldo dos encargos tributários sobre reserva de realização foi ajustado pela regularização de imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação no valor de R\$ 23.000 em 31/12/2009.

(j) No balanço de abertura o ajuste no valor de R\$ 33.261 trata-se de pedido de restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 3/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objeto de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.

### 5.5. Reconciliação do patrimônio líquido em 1/1/2009 e 31/12/2009

	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Patrimônio líquido - originalmente divulgado</b>	<b>1.066.725</b>	<b>1.157.689</b>
Desreconhecimento de tarifa horosazonal	-	(22.072)
Reconhecimento de tributos em fase de recurso	(33.261)	(33.261)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(83.267)	(64.336)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(34.145)	(39.595)
Provisão de <i>impairment</i> de títulos a receber (ativo não circulante)	(36.897)	(36.897)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(4.622)	(6.357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	66.260	71.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação de bens não depreciables	(3.021)	(3.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação	-	(23.000)
Outros	(2.691)	(8.502)
<b>Patrimônio líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b><u>935.081</u></b>	<b><u>992.394</u></b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 5.6. Reconciliação do resultado do exercício de 2009

	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldos ajustados
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA (a) (b)</b>	<b>2.120.278</b>	<b>172.018</b>	<b>2.292.296</b>
Deduções da receita operacional (b)	(712.045)	19	(712.026)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>1.408.233</b>	<b>172.037</b>	<b>1.580.270</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(638.633)	(4.065)	(642.698)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	(105.632)	8.025	(97.607)
	<b>(744.265)</b>	<b>3.960</b>	<b>(740.305)</b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Custo de construção (a)	-	(173.794)	(173.794)
	<b>(285.613)</b>	<b>(173.794)</b>	<b>(459.407)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>377.480</b>	<b>2.203</b>	<b>379.683</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com vendas (c)	(88.556)	(5.449)	(94.005)
Despesas gerais e administrativas (d)	(106.699)	(1.769)	(108.468)
Outras despesas operacionais (e)	(5.749)	(5.811)	(11.560)
	<b>(201.004)</b>	<b>(13.029)</b>	<b>(214.033)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>176.476</b>	<b>(10.826)</b>	<b>165.650</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras (f)	371.500	(6.654)	364.846
Despesas financeiras (f)	(450.478)	1.343	(449.135)
	<b>(78.978)</b>	<b>(5.311)</b>	<b>(84.289)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>87.101</b>	<b>(16.137)</b>	<b>70.964</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Diferido (g)	36.365	(17.514)	18.851
	<b>34.606</b>	<b>(17.514)</b>	<b>17.092</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>121.707</b>	<b>(33.651)</b>	<b>88.056</b>

(a) A receita teve um incremento de R\$ 173.794 devido a receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro. Vide item 5.1.

(b) Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). Assim, o ajuste causou uma redução de R\$ 1.776 na receita operacional bruta, um aumento de R\$ 19 nas deduções da receita operacional, um aumento de R\$ 4.065 no custo de energia elétrica comprada para revenda e uma redução de R\$ 8.025 no custo de encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

(c) O acréscimo em despesas operacionais com vendas, corresponde ao ajuste de R\$ 5.449 com a constituição de perdas no valor recuperável de créditos com consumidores.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

- (d) O acréscimo em despesas operacionais gerais e administrativas, corresponde ao ajuste de R\$ 1.769 de baixa de depósitos judiciais. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.
- (e) O acréscimo em outras despesas operacionais de R\$ 5.811 refere-se a complemento de provisão para contingências trabalhistas. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.
- (f) Resultado financeiro: O reconhecimento e mensuração de encargos sobre ativos e passivos regulatórios, impactou em um aumento de R\$ 5.311, sendo o efeito na receita financeira uma redução de R\$ 6.654 e na despesa financeira uma redução de R\$ 1.343.
- (g) Os impactos nos itens mencionados acima levaram a um decréscimo de R\$ 17.514 no imposto de renda e contribuição social diferidos.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 5.7. Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa de 31/12/2009

	<u>Práticas contábeis anteriores</u>	<u>Efeitos de mudança de prática</u>	<u>Saldos Ajustados</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício	121.707	(33.651)	88.056
<b>Ajustes ao lucro líquido do exercício:</b>			
Perda no valor recuperável	5.320	5.450	10.770
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(38.864)	38.864	-
Ativo / (passivo) regulatório	(46.314)	46.314	-
Créditos tributários diferidos	17.226	(17.226)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(18.851)	(18.851)
<b>Subtotal</b>	<b>235.723</b>	<b>20.900</b>	<b>256.623</b>
<b>(Aumento) redução nas contas do ativo</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(56.654)	1.049	(55.605)
Desp. antecipadas e ativos regulatórios	42.008	(52.959)	(10.951)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	(3.144)	1.735	(1.409)
<b>Subtotal</b>	<b>(125.613)</b>	<b>(50.175)</b>	<b>(175.788)</b>
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>			
Outros credores	(114.107)	30.990	(83.117)
Passivos regulatórios	(8.738)	8.738	-
Obrigações do Programa de Eficiência Energética	-	3.112	3.112
Entidade previdência privada, outros créditos e outras obrigações	19.351	2.698	22.049
<b>Subtotal</b>	<b>(58.468)</b>	<b>45.538</b>	<b>(12.930)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>51.642</b>	<b>16.263</b>	<b>67.905</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(265.448)</b>	<b>-</b>	<b>(265.448)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de Sw ap	-	(16.264)	(16.264)
Pagamento de Juros sobre o capital próprio	(24.292)	22.892	(1.400)
Pagamento de dividendos	-	(22.891)	(22.891)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>302.975</b>	<b>(16.263)</b>	<b>286.712</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>89.169</b>		<b>89.169</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106.220	-	106.220
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	198.389	-	198.389

### 5.8. Impactos da adoção das mudanças de práticas contábeis nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR (Deliberação CVM nº 656/2011)

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656 de 25/1/2011, apresentamos o impacto da adoção das mudanças de prática contábil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, comparativas a 2009. Nossa opção foi de reapresentar os formulários mencionados juntamente com o Formulário de Informações Trimestrais – ITR correspondente ao trimestre a findar em 31/3/2011.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Estas Informações Trimestrais - ITR, foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON)), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

### Patrimônio líquido

#### Trimestres de 2009:

	Informação não auditada		
	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
<b>Patrimônio líquido - originalmente divulgado</b>	<b>1.037.938</b>	<b>1.046.080</b>	<b>1.184.355</b>
Reconhecimento de tributos em fase de recurso	(33.261)	(33.261)	(33.261)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(76.283)	(128.895)	(151.239)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(34.803)	(36.119)	(37.873)
Provisão de <i>impairment</i> de títulos a receber (ativo não circulante)	(36.897)	(36.897)	(36.897)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(4.967)	(5.299)	(5.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	64.227	82.675	91.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação de bens não depreciáveis	(3.021)	(3.021)	(3.021)
Outros	(2.691)	(2.691)	(2.691)
<b>Patrimônio líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b>910.242</b>	<b>882.572</b>	<b>1.004.616</b>

#### Trimestres de 2010:

Desreconhecimento de tarifa horosazonal	(22.072)	(22.072)	(22.072)
Reconhecimento de tributos em fase de recurso	(33.261)	(33.261)	(33.261)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(68.246)	(88.154)	(75.883)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(41.029)	(42.499)	(44.025)
Provisão de <i>impairment</i> de títulos a receber (ativo não circulante)	(36.897)	(36.897)	(36.897)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(6.952)	(7.011)	(7.942)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	73.765	81.054	77.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação de bens não depreciáveis	(3.021)	(3.021)	(3.021)
Outros	(8.502)	(8.502)	(8.502)
<b>Patrimônio líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b>1.016.704</b>	<b>941.210</b>	<b>914.002</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### Lucro líquido

#### Trimestres de 2009:

	Informação não auditada		
	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009
<b>Lucro líquido do período - originalmente divulgado</b>	<b>(71.429)</b>	<b>(51.322)</b>	<b>86.953</b>
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	6.985	(45.629)	(67.972)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(658)	(1.974)	(3.728)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(345)	(677)	(1.171)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(2.034)	16.415	24.776
<b>Lucro líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b>(67.481)</b>	<b>(83.187)</b>	<b>38.858</b>

#### Trimestres de 2010:

	Informação não auditada		
	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
<b>Lucro líquido do período - originalmente divulgado</b>	<b>5.230</b>	<b>(56.116)</b>	<b>(89.801)</b>
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(3.910)	(23.819)	(11.547)
Perda no valor recuperável ( <i>impairment</i> )	(1.434)	(2.904)	(4.430)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(595)	(654)	(1.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	2.019	9.308	5.971
<b>Lucro líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções</b>	<b>1.310</b>	<b>(74.185)</b>	<b>(101.392)</b>

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa	127.229	93.992	38.785
Equivalentes de caixa	329.980	101.397	67.435
<b>Total</b>	<b>457.209</b>	<b>195.389</b>	<b>106.220</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 6.1. Equivalentes de caixa

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas %</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Banco Bradesco	CDB	(*)	100,00 a 102,50 CDI	6.894	-	1.143
Banco Basa	CDB	(*)	100,00 CDI	4.585	-	5.174
Banco Basa	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	5.186	2.000	200
Banco do Brasil	CDB	(*)	99,00 a 100,00 CDI	902	30.446	60.865
Banco do Brasil	Fundo de investimento	(*)	(**)	32.809	-	-
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	59	57	53
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	235.137	-	-
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.002	-	-
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	39.406	68.894	-
<b>Total</b>				<b>329.980</b>	<b>101.397</b>	<b>67.435</b>

(\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(\*\*) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 7. CONSUMIDORES

						31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
<b>Consumidores:</b>								
Faturados						616.453	445.759	369.650
Não faturados						75.126	60.709	51.562
<b>Total</b>						<b>691.579</b>	<b>506.468</b>	<b>421.212</b>
		<b>Saldos vencidos</b>					<b>Total</b>	
<b>Classe de consumidores</b>	<b>Saldos vencidos</b>	<b>até 90 dias</b>	<b>de 91 até 360 dias</b>	<b>mais de 361 dias</b>	<b>Total</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>1/1/2009</b>
<b>Circulante</b>								
Residencial	99.749	84.888	57.584	77.647	220.119	319.868	233.352	189.974
Industrial	41.988	17.843	16.700	39.402	73.945	115.933	92.255	81.555
Comércio, Serviços e Outras Atividades	52.400	30.755	19.040	25.735	75.530	127.930	94.566	86.181
Rural	4.603	6.070	6.712	7.684	20.466	25.069	17.874	11.883
Poder Público:								
Federal	3.964	1.451	232	97	1.780	5.744	3.582	3.363
Estadual	5.130	7.284	1.354	881	9.519	14.649	14.166	10.070
Municipal	16.114	11.084	5.371	2.775	19.230	35.344	27.193	22.397
Iluminação Pública	10.658	2.182	66	291	2.539	13.197	9.754	9.516
Serviço Público	5.181	12.008	2.192	3.324	17.524	22.705	12.425	6.904
(-) Ajuste a valor presente Lei nº 11.638/07 (d)	(133)	-	-	-	-	(133)	(172)	(674)
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b)	-	-	-	-	-	-	14	43
Redução de Uso Sistema de Distribuição	11.273	-	-	-	-	11.273	1.459	-
<b>Subtotal - Consumidores</b>	<b>250.927</b>	<b>173.565</b>	<b>109.251</b>	<b>157.836</b>	<b>440.652</b>	<b>691.579</b>	<b>506.468</b>	<b>421.212</b>
Participação financeira do consumidor	548	177	98	380	655	1.203	1.067	2.626
Comercialização na CCEE (a)	1.848	-	-	-	-	1.848	758	549
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	-	67	67	67	67	67
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	453	453	453	494	646
Concessionárias e permissionárias	10	-	-	-	-	10	10	10
Encargos de uso da rede elétrica	5.204	-	-	-	-	5.204	6.919	517
Outros	1.552	4.683	2.532	2.949	10.164	11.716	4.592	5.487
<b>Total</b>	<b>260.089</b>	<b>178.425</b>	<b>111.881</b>	<b>161.685</b>	<b>451.991</b>	<b>712.080</b>	<b>520.375</b>	<b>431.114</b>
<b>Não circulante</b>								
Consumidores	23.681	-	-	-	-	23.681	30.366	24.567
(-) Ajuste a valor presente Lei nº 11.638/07 (d)	(1.613)	-	-	-	-	(1.613)	(1.883)	(1.814)
Participação financeira do consumidor	652	-	-	-	-	652	658	721
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b)	20	-	-	-	-	20	-	-
Comercialização na CCEE (a)	3.651	-	-	-	-	3.651	4.373	4.339
Outros	324	-	-	-	-	324	330	199
<b>Total</b>	<b>26.715</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.715</b>	<b>33.844</b>	<b>28.012</b>

Do valor total de contas a receber R\$ 143.603 em 2010 (R\$ 124.686 em 2009) se referem a renegociações.

#### (a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 5.499, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2010. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2010, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

### (b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

<b>Saldo em 1/1/2009</b>	<b>43</b>
Apropriado no exercício	2
Atualizado no exercício	(3)
Amortizado no exercício	(28)
	<hr/>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>14</b>
Apropriado no exercício	22
Atualizado no exercício	4
Amortizado no exercício	(20)
	<hr/>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b><u>20</u></b>

### (c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que representa o custo médio ponderado de capital do setor (WACC), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**8. TÍTULOS A RECEBER**

	Circulante			Não circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Créditos adquiridos de terceiros (a)	-	-	-	76.592	76.592	143.005
(-) Deságio (a)	-	-	-	(39.696)	(39.696)	(102.994)
Outros títulos a receber	5.366	2.178	2.172	1.926	1.927	2.142
<b>Total</b>	<b>5.366</b>	<b>2.178</b>	<b>2.172</b>	<b>38.822</b>	<b>38.823</b>	<b>42.153</b>

(a) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial visando à sua satisfação. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo, conforme evidenciado na nota explicativa nº 9.

**9. PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL**

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
<b>Circulante</b>			
Residencial	63.908	52.500	36.941
Industrial	27.995	18.378	24.573
Comércio, serviços e outras atividades	7.523	11.402	11.721
Rural	1.128	3.059	2.047
Poder público	212	212	-
Iluminação pública	17	17	-
Serviço público	188	188	-
Outras receitas	3.398	3.274	2.978
<b>Subtotal</b>	<b>104.369</b>	<b>89.030</b>	<b>78.260</b>
<b>Não circulante</b>			
Créditos adquiridos de terceiros (a)	36.897	36.897	36.897
<b>Subtotal</b>	<b>36.897</b>	<b>36.897</b>	<b>36.897</b>
<b>Total</b>	<b>141.266</b>	<b>125.927</b>	<b>115.157</b>

(a) Vide nota explicativa nº 8.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

<b>Movimentação:</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>1/1/2009</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>125.927</b>	<b>115.157</b>	<b>37.324</b>
Perdas no exercício	(987)	(9.682)	(11.672)
Recuperação de perdas	1.028	1.634	1.888
Complemento / reversão de provisão	15.298	13.369	16.575
Ajuste de mudança de prática contábil (a)	-	5.449	71.042
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>141.266</b>	<b>125.927</b>	<b>115.157</b>

(a) Vide nota explicativa nº 5.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados é de R\$ 133.749 (R\$ 87.754 em 2009).

A perda no valor recuperável para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Os créditos em atraso vencidos há mais de 360 dias com Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos integrados às Administrações Públicas Municipais, Serviços Públicos, Órgãos Estaduais e Federais, possuem saldos reclassificados para o não circulante.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Circulante			Não circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
ICMS (a)	47.965	40.652	42.884	47.367	41.886	58.178
(-) Ajuste a valor presente - Lei 11.638/07 (a)	(2.592)	(2.709)	(8.391)	(10.270)	(8.128)	-6436
<b>ICMS ajustado</b>	<b>45.373</b>	<b>37.943</b>	<b>34.493</b>	<b>37.097</b>	<b>33.758</b>	<b>51.742</b>
Imposto de renda (b)	14.194	25.702	4.510	33.028	39.369	36.700
Contribuição social (b)	1.609	6.712	975	7.585	9.333	8.777
PAEX	-	12.544	-	-	-	-
FINSOCIAL (c)	-	-	-	4.585	-	-
Outros	641	240	233	-	-	-
<b>Total</b>	<b>61.817</b>	<b>83.141</b>	<b>40.211</b>	<b>82.295</b>	<b>82.460</b>	<b>97.219</b>

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu o cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, na situação atual. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitida, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2010 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide explicativa nº 20), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(c) Trata-se de Pedido de Restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 03/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objeto de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 20).

### 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

#### 11.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	31/12/2010		31/12/2009
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Imposto corrente	1.857	-	1.857
Imposto diferido	12.998	12.260	25.258
<b>Despesas IR/CS</b>	<b>14.855</b>	<b>12.260</b>	<b>27.115</b>
			<b>17.092</b>

**11.2. Ativo fiscal diferido**

Natureza	Não circulante				
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	31/12/2009	1/1/2009
	31/12/2010	31/12/2010			
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	15.577	15.577			
Provisão para devedores duvidosos (a)	141.265	141.265			
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600 (a)	13.983	13.983			
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	57.498	137.420			
Ajustes da Lei 11.638/2007 (c)	14.608	14.608			
<b>Base de cálculo dos impostos diferidos</b>	<b>242.931</b>	<b>322.853</b>			
Alíquotas	25%	9%			
<b>Impostos diferidos não circulante</b>	<b>60.733</b>	<b>29.057</b>	<b>89.790</b>	<b>110.116</b>	<b>207.327</b>

**Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:**

- (a) Efetivação da perda
- (b) Efetivação do faturamento
- (c) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

**Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2013, conforme demonstrado abaixo:

2011	2012	2013	Total
33.204	40.115	16.471	89.790

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 11.3. Passivo fiscal diferido

Natureza	Não circulante			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Provisão para passivos regulatórios (a)	11.280	11.280		
Ajustes da Lei 11.638/2007 (b)	16.979	16.979		
<b>Base de cálculo dos impostos diferidos</b>	<b>28.259</b>	<b>28.259</b>		
Alíquotas	25%	9%		
<b>Impostos diferidos não circulante</b>	<b>7.065</b>	<b>2.543</b>	<b>9.608</b>	<b>29.507</b>
				<b>27.365</b>

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

(a) Efetivação do faturamento

(b) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

### 11.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/2010			31/12/2009
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(127.850)	(127.850)	(127.850)	
Ajustes RTT	13.319	13.319	13.319	
<b>Base de cálculo</b>	<b>(114.531)</b>	<b>(114.531)</b>	<b>(114.531)</b>	
Alíquota IR/CS	25%	9%	34%	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(28.633)</b>	<b>(10.308)</b>	<b>(38.941)</b>	
<b>Reconciliação para taxa efetiva</b>				
<b>Adições</b>				
Reconhecimento de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	24.958	23.090	48.048	
Outras adições	20.766	283	21.049	
<b>Total das adições</b>	<b>45.724</b>	<b>23.373</b>	<b>69.097</b>	
<b>(-) Exclusões</b>				
Outras exclusões	2.236	805	3.041	
<b>Total das exclusões</b>	<b>2.236</b>	<b>805</b>	<b>3.041</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>14.855</b>	<b>12.260</b>	<b>27.115</b>	
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.857	-	1.857	(1.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.998	12.260	25.258	18.851
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>14.855</b>	<b>12.260</b>	<b>27.115</b>	<b>17.092</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 11.5. Encargos de reavaliação

	Imposto de Renda	Contribuição Social	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140			
(-) Reversão de reavaliação anterior	(320.430)	(320.430)			
(-) Depreciação / baixas	(444.159)	(444.159)			
<b>Base de cálculo</b>	<b>580.551</b>	<b>580.551</b>			
Alíquotas	25%	9%			
<b>Encargos tributários</b>	<b>145.137</b>	<b>52.250</b>	<b>197.387</b>	<b>214.802</b>	<b>230.666</b>

### 12. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

**Subvenção a Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia, compensada através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 kWh ou com consumo entre 80 e 220 kWh, nesse último caso desde que atendam a alguns critérios conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17/12/2002.

Segue, abaixo, a movimentação no exercício:

<b>Saldo em 1/1/2009</b>	<b>11.500</b>
Valor provisionado	4.618
Valor homologado	44.566
Valor recebido	(38.757)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>21.927</b>
Valor provisionado	6.697
Valor homologado	49.540
Valor recebido	(63.103)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>15.061</b>

### 13. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 473.617, correspondente a 100% do montante aprovado.

Para fins de cálculo do benefício, o empreendimento foi dividido em 2 fases distintas:

Na 1ª Fase a Companhia possui recurso aprovado da sub-rogação no valor de R\$ 184.660 para realizar as seguintes obras:

- LT/Distribuição Tucuruí – Cametá – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 206km (conversão de 69 para 138 kV), valor sub-rogado R\$ 9.598.
- LT/Distribuição Parada do Bento/Portel/Breves – 138 kV – CS – Condutor 477,0 MCM Pára-Raios 5/16” – 260 km, valor sub-rogado R\$ 90.077.
- LT/Distribuição Portel/Bagre – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 85 km, valor sub-rogado R\$ 8.067.
- LT/Distribuição Breves/Melgaço – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 40 km, valor sub-rogado R\$ 3.796.
- LT/Distribuição Breves/Curralinho – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 110 km, valor sub-rogado R\$ 10.440.
- Subestação Tucuruí – Vila 69/138 kV – 25/30 MVA, valor sub-rogado R\$ 6.873.
- Subestação Cametá 138/13,8 kV – 20/25 MVA – 5 MVAr – 138kV, valor sub-rogado R\$ 9.000.
- Subestação Portel 138/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 15.525.
- Subestação Breves 138/13,8 kV – 10/12,5 MVA – 13,8/34,5 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 13.876.
- Subestação Bagre 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.998.
- Subestação Melgaço – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.998.
- Subestação Curralinho – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.998.
- Subestação Parada do Bento – 138/13,8 kV – 5/6,25 MVA, valor sub-rogado R\$ 11.414.

Para a 2ª Fase do projeto a Companhia possui recurso aprovado da sub-rogação no valor de R\$ 288.957 para realizar as seguintes obras:

- LT/Distribuição Tucuruí – UHE Parado do Bento – 138 kV – CS Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 132 km, valor sub-rogado R\$ 39.197.
- LT/Distribuição Anajás – Afuá – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 125 km, valor sub-rogado R\$ 35.801.
- LT/Distribuição Anajás – Cachoeira do Arari – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 130 km, valor sub-rogado R\$ 37.233.
- LT/Distribuição Breves – Anajás – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 120 km, valor sub-rogado R\$ 34.369.
- LT/Distribuição Cachoeira do Arari – Ponta de Pedras – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 55 km, valor sub-rogado R\$ 15.752.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

- LT/Distribuição Cachoeira do Arari – Salvaterra – 138 kV – CS – Condutor 336,4 MCM – Pára-Raios 5/16” – 80 km, valor sub-rogado R\$ 22.913.
- LT/Distribuição Salvaterra – Soure – 34,5 kV – S – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 10 km, valor sub-rogado R\$ 992.
- LT/Distribuição Ponta de Pedras – Muaná – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 50 km, valor sub-rogado R\$ 4.961.
- LT/Distribuição Muaná – São Sebastião da Boa Vista – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 50 km, valor sub-rogado R\$ 4.961.
- LT/Distribuição Afuá – Chaves – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 60 km, valor sub-rogado R\$ 5.953.
- LT/Distribuição Cachoeira do Arari – Santa Cruz do Arari – 34,5 kV – CS – Condutor 4/0 AWG – Penguin – 65 km, valor sub-rogado R\$ 6.450.
- Subestação Anajás 138/13,8 kV – 5/6,25 MVA, valor sub-rogado R\$ 12.976.
- Subestação Parada do Bento – Bay de LT 138 kV – e Bay de Reator 130 kV – 5 MVA, valor sub-rogado R\$ 3.955.
- Subestação Tucuruí – UHE Bay Parada do Bento – 138 kV, valor sub-rogado R\$ 4.333.
- Subestação Afuá 138/13,8 kV – 5/6,25 MVA – 13,8/34,5 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 10.824.
- Subestação Chaves – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.786.
- Subestação Cachoeira do Arari 138/13,8 kV – 5/6,25 MVA – 13,8/34,5 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 13.567.
- Subestação Santa Cruz do Arari – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.786.
- Subestação Salvaterra 138/13,8 kV – 10/12,5 MVA – 138/34,5 kV – 10/12,5 MVA, valor sub-rogado R\$ 14.195.
- Subestação Soure – 34,5/13,8 kV – 7,5/9,4 MVA, valor sub-rogado R\$ 2.459.
- Subestação Ponta de Pedras – 138/13,8 kV 10/12,5 MVA – 13,8/34,5 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 10.090.
- Subestação Muaná – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 2.406.
- Subestação São Sebastião da Boa Vista – 34,5/13,8 kV – 3 MVA, valor sub-rogado R\$ 1.998.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Valor recebido	Valor a receber	Valor a receber
					31/12/2010	31/12/2009
LT/D - Tucuruí/Cametá	Em curso	8.513	9.598	-	9.598	9.598
LT/D - Parada do Bento/Portel/Breves	Em curso	78.622	90.077	-	90.077	90.077
LT/D - Portel/Bagre	Em curso	8.166	8.067	-	8.067	8.067
LT/D - Breves/Melgaço	Em curso	3.306	3.796	-	3.796	3.796
LT/D - Breves/Curralinho	Em curso	10.162	10.440	-	10.440	10.440
Subestação - Tucuruí/Vila	Em curso	3.045	6.873	-	6.873	6.873
Subestação - Cametá	Em curso	3.922	9.000	-	9.000	9.000
Subestação - Portel	Em curso	6.745	15.525	-	15.525	15.525
Subestação - Breves	Em curso	7.545	13.876	-	13.876	13.876
Subestação - Bagre	Em curso	842	1.998	-	1.998	1.998
Subestação - Melgaço	Em curso	842	1.998	-	1.998	1.998
Subestação - Curralinho	Em curso	856	1.998	-	1.998	1.998
Subestação - Parada do Bento	Em curso	5.943	11.414	-	11.414	11.414
<b>Subtotal - 1ª fase</b>		<b>138.509</b>	<b>184.660</b>	<b>-</b>	<b>184.660</b>	<b>184.660</b>
LT/D - UHE - Tucuruí/Parada do Bento	Em curso	-	39.197	-	39.197	39.197
LT/D - Anajás/Afuá	Em curso	-	35.801	-	35.801	35.801
LT/D - Anajás/Cachoeira do Arari	Em curso	-	37.233	-	37.233	37.233
LT/D - Breves/Anajás	Em curso	-	34.369	-	34.369	34.369
LT/D - Cachoeira do Arari/Ponta de Pedras	Em curso	-	15.752	-	15.752	15.752
LT/D - Cachoeira do Arari/Salvaterra	Em curso	-	22.913	-	22.913	22.913
LT/D - Salvaterra/Soure	Em curso	-	992	-	992	992
LT/D - Ponta de Pedras/Muaná	Em curso	-	4.961	-	4.961	4.961
LT/D - Muaná/São Sebastião da Boa Vista	Em curso	-	4.961	-	4.961	4.961
LT/D - Afuá/Chaves	Em curso	-	5.953	-	5.953	5.953
LT/D - Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	Em curso	-	6.450	-	6.450	6.450
Subestação - Anajás	Em curso	-	12.976	-	12.976	12.976
Subestação - Parada do Bento	Em curso	-	3.955	-	3.955	3.955
Subestação - Tucuruí	Em curso	-	4.333	-	4.333	4.333
Subestação - Afuá	Em curso	-	10.824	-	10.824	10.824
Subestação - Chaves	Em curso	-	1.786	-	1.786	1.786
Subestação - Cachoeira do Arari	Em curso	-	13.567	-	13.567	13.567
Subestação - Santa Cruz do Arari	Em curso	-	1.786	-	1.786	1.786
Subestação - Salvaterra	Em curso	-	14.195	-	14.195	14.195
Subestação - Soure	Em curso	-	2.459	-	2.459	2.459
Subestação - Ponta de Pedras	Em curso	-	10.090	-	10.090	10.090
Subestação - Muaná	Em curso	-	2.406	-	2.406	2.406
Subestação - São Sebastião da Boa Vista	Em curso	-	1.998	-	1.998	1.998
<b>Subtotal - 2ª fase</b>		<b>-</b>	<b>288.957</b>	<b>-</b>	<b>288.957</b>	<b>288.957</b>
<b>Total</b>		<b>138.509</b>	<b>473.617</b>	<b>-</b>	<b>473.617</b>	<b>473.617</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 14. OUTROS ATIVOS

	Circulante			Não circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Valores a recuperar de empregados	4.481	2.078	3.338	-	-	-
Desativações em curso (a)	34.773	11.764	9.275	-	-	-
Alienação de bens e direiros	282	300	535	-	-	-
Cheques em cobrança especial	902	991	549	-	-	-
Rendas a receber	9.150	5.119	4.174	-	-	-
Adiantamento fornecedores	2.603	3.003	738	-	-	-
Adiantamento diversos	851	5.786	520	-	-	-
Recolhimento a maior PIS	75	41	113	-	-	-
Recolhimento a maior COFINS (b)	9.732	9.291	10.450	-	-	-
Recolhimento a maior RGR	-	-	282	-	-	-
Recolhimento a maior FGTS	51	51	4	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.226	1.226	1.226
Prêmios de seguros	342	1.284	45	-	-	-
Garantia liquidação nas operações CCEE	24.047	163	77	-	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.695	3.427	3.762	-	-	-
Ativos mantidos para venda	934	1.716	2.096	-	-	-
MTM - Operações de Swap - Ajustes à Lei 11.638/2007	-	-	-	-	72	17.978
Despesas pagas antecipadamente	39	38	38	-	-	-
Custos de geração térmica	-	-	-	11.951	-	-
Outros créditos a receber	83	66	110	893	1.030	1.433
<b>Total</b>	<b>92.040</b>	<b>45.118</b>	<b>36.106</b>	<b>14.070</b>	<b>2.328</b>	<b>20.637</b>

(a) Refere-se as desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao imobilizado ou realização.

(b) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro de 1998 a janeiro de 1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro de 2006.

### 15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 31/12/2010, os limites operacionais do acordo foram atendidos.

As operações com o acionista não controlador, Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 21 – Empréstimos, financiamentos e encargos.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 15.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	<u>Relacionamento</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Receitas financeiras		34.199	46.846	65.801
Despesas financeiras		(12.024)	(2.299)	(10)
<b>SALDOS ATIVOS</b>				
<b>Não circulante</b>				
<b>Valores a recuperar:</b>				
Rede Energia S.A.	Controladora indireta	-	7.926	7.926
QMRA Participações S.A.	Controladora direta	-	20.430	20.431
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	34	-	-
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	92	-	-
		<u>126</u>	<u>28.356</u>	<u>28.357</u>
<b>Conta corrente 31/12/2006 (a):</b>				
Rede Energia S.A.	Controladora indireta	-	112.144	104.573
QMRA Participações S.A.	Controladora direta	-	386.524	361.706
		<u>-</u>	<u>498.668</u>	<u>466.279</u>
<b>Alienação de bens e direitos (c):</b>				
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada	107.927	95.285	95.143
<b>Total</b>		<u><b>108.053</b></u>	<u><b>622.309</b></u>	<u><b>589.779</b></u>
<b>SALDOS PASSIVOS</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Dividendos:</b>				
Rede Energia S.A.	Controladora indireta	-	2.653	-
QMRA Participações S.A.	Controladora direta	-	13.334	-
<b>TOTAL</b>		<u><b>-</b></u>	<u><b>15.987</b></u>	<u><b>-</b></u>
<b>Não circulante</b>				
<b>Valores a reembolsar:</b>				
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada	-	2	-
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Coligada	2.283	2.283	2.169
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	92	92	-
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	51	176	23
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Coligada	29	30	3
		<u>2.455</u>	<u>2.583</u>	<u>2.195</u>
<b>Conta corrente (b):</b>				
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada	30.986	1.320	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	28.833	47.264	-
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	22.889	19.540	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Coligada	10.412	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	Coligada	18.246	-	-
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	22.594	23.549	-
		<u>133.960</u>	<u>91.673</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>		<u><b>136.415</b></u>	<u><b>94.256</b></u>	<u><b>2.195</b></u>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### (a) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se a consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados “Conta Corrente até 31/8/2004” que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado “Conta Corrente após 1/9/2004” que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007.

Em fevereiro de 2008 através do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútuo, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo de devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

Estes contratos foram liquidados antecipadamente.

### (b) Conta corrente

#### • Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### • Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato.

A Companhia foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

### (c) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias nas companhias Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 683 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 3/4/2006.

Em novembro de 2007, através do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de ações da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remuneração e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a e o pagamento em 12 parcelas anuais vencendo a 1ª em 26/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada através da Resolução Autorizativa nº 3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira publicado no DOU de 23/11/2007.

### 15.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, para o exercício de 2010, que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.736 (R\$ 2.835 em 2009) e, o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$ 6 (R\$ 17 em 2009).

No exercício de 2010 não houveram benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 15.3. Compartilhamento de Infraestrutura

Atualmente as empresas do Grupo Rede Energia compartilham as atividades, equipamentos e instalações, de modo que as despesas são repassadas para as empresas através de contratos e aditamentos devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira quando necessário.

- **Compartilhamento de aeronave:** Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL no qual todas as despesas incorridas na manutenção e operação são apuradas e suportadas na Caiuá Distribuição, detentora da aeronave, e repassadas mensalmente às demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é indeterminada e possui anuência da ANEEL através do Despacho nº 4.399/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 1.049.
- **Compartilhamento de escritório comercial em Brasília:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL, no qual os custos referentes ao escritório são apurados e suportados pela EDEVP e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 22/7/2013 e possui anuência da ANEEL através do Despacho nº 1.812/2010. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 65.
- **Compartilhamento de serviços e infraestrutura de telefonia e comunicação:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL, no qual os custos mensais estimados de R\$ 39 referentes a infra-estrutura de telefonia e comunicação são suportados pela Caiuá Distribuição e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 29/8/2014 e foi dispensada a anuência da ANEEL através do Ofício nº 1.706/2007 e nº 994/2009. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 123.
- **Compartilhamento de link de dados:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS CEMAT e CELPA, no qual os custos mensais estimados de R\$ 23, referentes ao link de dados, são suportados pelas Companhias Caiuá Distribuição, EDEVP e EEB e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 21/1/2011 e foi dispensada a anuência da ANEEL através do Ofício nº 342/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 217.
- **Compartilhamento do atendimento 0800 a portadores de deficiência auditiva e/ou de fala:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e CELPA, no qual os custos referentes ao atendimento 0800 a portadores de deficiência auditiva e/ou de fala são apurados e suportados pela CELTINS e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 7/12/2010 e possui anuência da ANEEL através do Despacho nº 1.945/2010. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 234.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

- **Compartilhamento de infraestrutura para os processos de faturamento e arrecadação em Bragança Paulista:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT, CELPA e ENERSUL, no qual os custos referentes aos processos de faturamento e arrecadação são apurados e suportados pela EEB e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 8/3/2011 e possui dispensa de anuência da ANEEL através do inciso IV, do artigo 3º da Resolução nº 334/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2010, foram de R\$ 34.

### 16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Tesouro Nacional (a)	18.227	14.131	25.928
Outros	-	1.014	1.351
<b>Total</b>	<b><u>18.227</u></b>	<b><u>15.145</u></b>	<b><u>27.279</u></b>

(a) Refere-se à caução dada em garantia dos empréstimos com o Tesouro Nacional, a qual é corrigida pela taxa de juros de 0,81% a.a., mais taxa Libor semestral e variação cambial, sendo a data de vencimento em 11/4/2024.

### 17. INVESTIMENTOS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.199	20.272	20.263
Terrenos	1.423	1.369	855
Outros investimentos	4.160	4.277	1.706
<b>Total</b>	<b><u>25.782</u></b>	<b><u>25.918</u></b>	<b><u>22.824</u></b>

Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticalização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

### 18. ATIVO INTANGÍVEL E ATIVO FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Ativo intangível	2.053.208	1.969.964	1.877.815
Ativo financeiro	275.831	180.009	140.250
<b>Total</b>	<b><u>2.329.039</u></b>	<b><u>2.149.973</u></b>	<b><u>2.018.065</u></b>

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

	<u>1/1/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Em serviço:</b>					
<b>Custo</b>					
Geração	33.227	-	(2.822)	2.932	33.337
Distribuição	2.781.203	-	(30.044)	362.583	3.113.742
Comercialização	20.437	-	(781)	1.122	20.778
Administração	69.951	-	(1.204)	5.355	74.102
<b>Subtotal</b>	<b>2.904.818</b>	<b>-</b>	<b>(34.851)</b>	<b>371.992</b>	<b>3.241.959</b>
(-) Obrigações vinc. à concessão	(493.575)	(437)	5.532	(104.840)	(593.320)
<b>Total do custo</b>	<b>2.411.243</b>	<b>(437)</b>	<b>(29.319)</b>	<b>267.152</b>	<b>2.648.639</b>
<b>(-) Amortização</b>					
Geração	(7.471)	(1.485)	1.013	33	(7.910)
Distribuição	(765.343)	(138.303)	7.508	(38)	(896.176)
Comercialização	(6.022)	(910)	297	-	(6.635)
Administração	(36.571)	(4.139)	980	5	(39.725)
<b>Subtotal</b>	<b>(815.407)</b>	<b>(144.837)</b>	<b>9.798</b>	<b>-</b>	<b>(950.446)</b>
Obrigações vinc. à concessão	18.280	26.801	(2.428)	-	42.653
<b>Total da amortização</b>	<b>(797.127)</b>	<b>(118.036)</b>	<b>7.370</b>	<b>-</b>	<b>(907.793)</b>
<b>Total em serviço</b>	<b>1.614.116</b>	<b>(118.473)</b>	<b>(21.949)</b>	<b>267.152</b>	<b>1.740.846</b>
<b>Em Curso:</b>					
Geração	5.149	2.389	(171)	(2.294)	5.073
Distribuição	752.191	379.763	(20.323)	(362.216)	749.415
Comercialização	1.290	263	(8)	(1.122)	423
Administração	4.054	8.525	(35)	(6.360)	6.184
<b>Subtotal</b>	<b>762.684</b>	<b>390.940</b>	<b>(20.537)</b>	<b>(371.992)</b>	<b>761.095</b>
Obrigações vinc. à concessão	(358.735)	(109.947)	11.874	104.840	(351.968)
<b>Total em curso</b>	<b>403.949</b>	<b>280.993</b>	<b>(8.663)</b>	<b>(267.152)</b>	<b>409.127</b>
<b>Total</b>	<b>2.018.065</b>	<b>162.520</b>	<b>(30.612)</b>	<b>-</b>	<b>2.149.973</b>

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Em serviço:</b>					
<b>Custo</b>					
Geração	33.337	-	(11.757)	4.174	25.754
Distribuição	3.113.742	-	(124.897)	712.578	3.701.423
Comercialização	20.778	-	(49)	132	20.861
Administração	74.102	-	(81)	6.468	80.489
<b>Subtotal</b>	<b>3.241.959</b>	<b>-</b>	<b>(136.784)</b>	<b>723.352</b>	<b>3.828.527</b>
(-) Obrigações vinc. à concessão	(593.320)	(3)	-	(331.415)	(924.738)
<b>Total do custo</b>	<b>2.648.639</b>	<b>(3)</b>	<b>(136.784)</b>	<b>391.937</b>	<b>2.903.789</b>
<b>(-) Amortização</b>					
Geração	(7.910)	(1.311)	2.232	-	(6.989)
Distribuição	(896.176)	(153.377)	27.420	-	(1.022.133)
Comercialização	(6.635)	(880)	47	-	(7.468)
Administração	(39.725)	(5.052)	71	-	(44.706)
<b>Subtotal</b>	<b>(950.446)</b>	<b>(160.620)</b>	<b>29.770</b>	<b>-</b>	<b>(1.081.296)</b>
Obrigações vinc. à concessão	42.653	34.498	-	-	77.151
<b>Total da amortização</b>	<b>(907.793)</b>	<b>(126.122)</b>	<b>29.770</b>	<b>-</b>	<b>(1.004.145)</b>
<b>Total em serviço</b>	<b>1.740.846</b>	<b>(126.125)</b>	<b>(107.014)</b>	<b>391.937</b>	<b>1.899.644</b>
<b>Em Curso:</b>					
Geração	5.073	3.369	(825)	(3.133)	4.484
Distribuição	749.415	799.613	(44.192)	(715.639)	789.197
Comercialização	423	43	(100)	(137)	229
Administração	6.184	17.214	(31)	(4.443)	18.924
<b>Subtotal</b>	<b>761.095</b>	<b>820.239</b>	<b>(45.148)</b>	<b>(723.352)</b>	<b>812.834</b>
Obrigações vinc. à concessão	(351.968)	(406.624)	43.738	331.415	(383.439)
<b>Total em curso</b>	<b>409.127</b>	<b>413.615</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(391.937)</b>	<b>429.395</b>
<b>Total</b>	<b>2.149.973</b>	<b>287.490</b>	<b>(108.424)</b>	<b>-</b>	<b>2.329.039</b>

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituído em termo da natureza dos ativos que os compõe:

**Notas Explicativas**

## Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

			31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
			Valor líquido		Valor líquido		Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
<b>Em serviço:</b>								
Terrenos	19.001	-	-	19.001	44	12.100	50	12.588
Edificações, obras civis e benfeitorias	104.299	(40.501)	47.658	16.140	50.769	15.724	51.614	15.082
Máquinas e equipamentos	3.657.793	(1.017.696)	2.378.203	261.895	2.015.081	175.580	1.868.662	121.783
Veículos	12.703	(7.527)	5.176	-	4.330	-	2.693	-
Móveis e utensílios	8.258	(4.752)	3.505	-	3.348	-	2.744	-
Servidões	15.654	-	5.048	10.606	4.571	9.967	3.787	10.407
Softwares	10.820	(10.820)	-	-	-	-	-	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(924.738)	77.152	(815.775)	(31.811)	(517.304)	(33.362)	(455.685)	(19.610)
<b>Subtotal</b>	<b>2.903.790</b>	<b>(1.004.144)</b>	<b>1.623.815</b>	<b>275.831</b>	<b>1.560.839</b>	<b>180.009</b>	<b>1.473.865</b>	<b>140.250</b>
<b>Em curso:</b>								
Terrenos	1.015	-	1.015	-	7.442	-	981	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.872	-	1.872	-	1.458	-	4.701	-
Máquinas e equipamentos	580.039	-	580.039	-	564.297	-	621.378	-
Veículos	5.458	-	5.458	-	2	-	11	-
Móveis e utensílios	1.301	-	1.301	-	1.010	-	1.392	-
Material em depósito	104.159	-	104.159	-	72.264	-	79.151	-
Servidões	258	-	258	-	246	-	2.160	-
Softwares	10.925	-	10.925	-	5.035	-	2.705	-
Outros	107.807	-	107.807	-	109.340	-	50.206	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(383.441)	-	(383.441)	-	(351.969)	-	(358.735)	-
<b>Subtotal</b>	<b>429.393</b>	<b>-</b>	<b>429.393</b>	<b>-</b>	<b>409.125</b>	<b>-</b>	<b>403.950</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>3.333.183</b>	<b>(1.004.144)</b>	<b>2.053.208</b>	<b>275.831</b>	<b>1.969.964</b>	<b>180.009</b>	<b>1.877.815</b>	<b>140.250</b>

**Faixas de servidões:** são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitos a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

**Software:** são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados através de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
							Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço:</b>									
Geração	4,38%	25.755	(3.649)	(6.990)	15.116	(53)	15.063	20.847	21.246
Distribuição	4,60%	3.701.423	(291.692)	(1.022.133)	2.387.598	(815.247)	1.572.351	1.503.999	1.417.526
Comercialização	3,30%	20.862	(5.674)	(7.468)	7.720	(229)	7.491	8.294	8.370
Administração	5,09%	80.489	(6.627)	(44.706)	29.156	(246)	28.910	27.699	26.723
<b>Subtotal</b>		<b>3.828.529</b>	<b>(307.642)</b>	<b>(1.081.297)</b>	<b>2.439.590</b>	<b>(815.775)</b>	<b>1.623.815</b>	<b>1.560.839</b>	<b>1.473.865</b>
<b>Em curso:</b>									
Geração		4.484	-	-	4.484	-	4.484	5.073	5.149
Distribuição		789.197	-	-	789.197	(383.442)	405.755	397.446	393.456
Comercialização		230	-	-	230	-	230	423	1.290
Administração		18.924	-	-	18.924	-	18.924	6.183	4.055
<b>Subtotal</b>		<b>812.835</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>812.835</b>	<b>(383.442)</b>	<b>429.393</b>	<b>409.125</b>	<b>403.950</b>
<b>Total</b>		<b>4.641.364</b>	<b>(307.642)</b>	<b>(1.081.297)</b>	<b>3.252.425</b>	<b>(1.199.217)</b>	<b>2.053.208</b>	<b>1.969.964</b>	<b>1.877.815</b>

(\*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %		Taxas anuais de depreciação %
<b>Geração:</b>		<b>Comercialização:</b>	
Equipamento geral	10,00	Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	4,00
Turbina hidráulica	2,50		
<b>Distribuição:</b>		<b>Administração central:</b>	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	20,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00		
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00		

### Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição em 31/12/2010, 31/12/2009 e em 1/1/2009:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	Ativo intangível			Ativo financeiro			Total		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Participação do consumidor	(45.204)	(35.575)	(25.447)	(728)	(1.054)	(557)	(45.932)	(36.629)	(26.004)
Participação da União	(6.365)	(6.539)	(7.008)	(237)	(371)	(268)	(6.602)	(6.910)	(7.276)
Participação do Estado	(2.789)	(2.685)	(2.775)	(101)	(158)	(114)	(2.890)	(2.843)	(2.889)
Participação dos Municípios	(60.561)	(62.034)	(66.327)	(2.005)	(3.142)	(2.277)	(62.566)	(65.176)	(68.604)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(2.427)	(2.473)	(2.174)	(99)	(159)	(94)	(2.526)	(2.632)	(2.268)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(50)	(71)	(93)	(4)	(5)	(4)	(54)	(76)	(97)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(86)	(92)	(23)	(3)	(6)	(1)	(89)	(98)	(24)
Universalização do serviço público de energia elétrica (a)	(942.254)	(758.271)	(708.108)	(28.634)	(28.468)	(16.295)	(970.888)	(786.739)	(724.403)
Outros	(139.481)	(1.533)	(2.465)	-	-	-	(139.481)	(1.533)	(2.465)
<b>Total</b>	<b>(1.199.217)</b>	<b>(869.273)</b>	<b>(814.420)</b>	<b>(31.811)</b>	<b>(33.363)</b>	<b>(19.610)</b>	<b>(1.231.028)</b>	<b>(902.636)</b>	<b>(834.030)</b>

- Vide item Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”.

### Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia procedeu a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento
Geração	22.819	15.709	7.110
Distribuição	1.497.612	934.207	563.405
Comercialização	13.870	8.982	4.888
Administração	52.726	43.160	9.566
<b>Total</b>	<b>1.587.027</b>	<b>1.002.058</b>	<b>584.969</b>
Impostos diferidos			(196.055)
Reavaliação anterior			295.652
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.021)
Realização da reserva de reavaliação - líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas)			(293.145)
<b>Reserva de reavaliação registrada no Patrimônio Líquido em 31/12/2010</b>			<b>388.400</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

O efeito no resultado do exercício, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 33.805, líquido dos efeitos tributários (R\$ 30.795 em 2009).

### Teste de recuperabilidade econômica

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos: intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 – Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados se mostraram suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

### 18.1. Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29/4/2003, com as alterações contidas nas Resoluções nº 52 de 25/3/2004, nº 73 de 9/7/2004, nº 79 de 30/8/2004, nº 175 de 28/11/2005 alterada pela Resolução nº 365 de 19/5/2009, estabeleceu as condições gerais para a elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, com as alterações contidas na Lei nº 10.762, de 11/11/2003 e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, no atendimento à parcela da população localizada nas áreas urbanas e rurais, que não tinham acesso a esse serviço público.

Por força do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11/11/2003, a área urbana já alcançou o ano limite para a universalização que foi 2008. A partir dessa data todas as solicitações para o atendimento de novas ligações na área urbana com a carga instalada até 50 Kw, em qualquer município da concessão, passaram a ser atendidas pela Concessionária sem custos para o consumidor. Para a área rural, o horizonte estabelecido para atingir a universalização é o ano de 2010.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### Programa Luz para Todos

Ainda com o objetivo de promover a universalização do acesso à energia elétrica, o Governo Federal iniciou em 2003, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11/11/2003, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008. Em função do crescimento das demandas em todo o Brasil, o Governo Federal prorrogou o programa até o ano de 2010 através do Decreto nº 6.442 de 25/4/2008. Finalmente em 5/10/2010, através do Decreto nº 7.324 foi prorrogado para 31/12/2011 o prazo de execução do Programa com o objetivo de garantir a finalização das ligações destinadas ao atendimento que tenham sido contratadas ou estejam em processo de contratação até 30/10/2010.

Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655 de 20/5/1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

- Em maio de 2004 foi firmado um Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Pará e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS para o estabelecimento das premissas do Programa Luz para Todos, na área de concessão da CELPA, propiciando o atendimento de 236.050 consumidores no período de 2004 a 2009. Nesse instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

- Em 2009 foi firmado Novo Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Pará e a Companhia, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS para o estabelecimento das premissas do Programa Luz para Todos, na área de concessão da CELPA, propiciando o atendimento do saldo das ligações não realizadas até 2008 (27.006) (\*) mais as novas demandas identificadas (112.994) (\*), totalizando mais 140.000 (\*) consumidores no período de 2009 a 2010. Nesse instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A partir de 2010, a origem dos recursos para a realização do Programa ficou assim definida:

- 15% - Participação financeira da concessionária.
- 70% - Subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.
- 10% - Financiamento com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR.
- 5% - Subvenção Econômica com recursos do Estado.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 033/2004 e seus aditivos ECFS – 033-A/2005, ECFS – 033-B/2005, ECFS – 033-C/2006, ECFS – 033-D/2007, assinados em 23/6/2004, 21/2/2005, 10/10/2005, 20/9/2006 e 28/5/2007, respectivamente, firmados junto à ELETROBRÁS no âmbito do Programa Luz para Todos.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Valor total do Programa R\$ 297.747.

Recursos da Reserva Global de Reversão – RGR – R\$ 29.775.

Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – R\$ 193.536.

Recursos do Agente Executor – R\$ 44.662.

Recursos do estado do Pará – R\$ 29.774.

Para atender a 78.915 (\*) novos consumidores.

### **Etapa concluída:**

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 110/2005 e seus aditivos ECFS – 110-A/2006, ECFS – 110-B/2007, ECFS – 110-C/2008, assinados em 3/1/2006, 29/9/2006, 23/1/2008 e 12/12/2008, respectivamente, firmados junto à ELETROBRÁS no âmbito do Programa Luz para Todos, destaca-se que o Governo do Estado do Pará não participa financeiramente desse contrato, dessa forma, a composição dos recursos financeiros está distribuída da seguinte forma:

Valor total do Programa: R\$ 158.032.

Recursos da Reserva Global de Reversão – RGR: R\$ 17.910.

Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: R\$ 116.417.

Recursos do Agente Executor - R\$ 23.705.

Para atender a 20.649 (\*) novos consumidores.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 164/2006 e seus aditivos ECFS – 164-A/2008 e ECFS – 164-B/2009, assinados em 6/11/2006, 19/3/2008 e 13/5/2009, respectivamente, firmado junto a ELETROBRÁS no âmbito do Programa Luz para Todos, a composição dos recursos financeiros estão distribuídos da seguinte forma:

Valor total do Programa: R\$ 318.518.

Recursos da Reserva Global de Reversão – RGR: R\$ 31.852.

Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: R\$ 207.036.

Recursos do Agente Executor - R\$ 47.778.

Recursos do Estado do Pará - R\$ 31.852.

Para atender a 42.468 (\*) novos consumidores.

### **Etapa em andamento:**

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção - ECFS nº 217/2008 e seus aditivos ECFS – 217-A/2008 e ECF-B/2009, assinados em 25/2/2008, 17/11/2008 e 15/8/2009, respectivamente, firmado junto à ELETROBRÁS no âmbito do Programa Luz para Todos, a composição dos recursos financeiros está distribuída da seguinte forma:

Valor total do Programa: R\$ 756.617.

Recursos da Reserva Global de Reversão – RGR: R\$ 75.662.

Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: R\$ 491.801.

Recursos do Agente Executor - R\$ 113.493.

Recursos do Estado do Pará - R\$ 75.661.

Para atender a 128.050 (\*) novos consumidores.

A Companhia é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 283/2010, assinado em 9/3/2010, firmado junto à ELETROBRÁS no âmbito do Programa Luz para Todos, a composição dos recursos financeiros está distribuída da seguinte forma:

Valor total do Programa: R\$ 456.178.

Recursos da Reserva Global de Reversão – RGR: R\$ 45.618.

Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: R\$ 319.325.

Recursos do Agente Executor: R\$ 68.426.

Recursos do Estado do Pará - R\$ 22.809.

Para atender a 60.000 (\*) novos consumidores.

O total de ligações contratadas é de 330.082 (\*), o valor total dos contratos assinados no Programa Luz para Todos é de R\$ 1.987.092. Dos contratos já concluídos o montante realizado é de R\$ 699.106 até 31/12/2010. Dos contratos em andamento, o montante já realizado é de R\$ 760.710, estando em curso para finalização até 31/12/2011 o montante de R\$ 527.276.

(\*) Informações não auditadas.

### **18.2. Considerando a renovação do contrato de concessão – não registrado nas demonstrações financeiras (informação suplementar)**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, considerando a renovação da concessão em 2028, a posição para o ativo intangível e o ativo financeiro seria:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	<b>Não auditado</b>		
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>1/1/2009</b>
Ativo intangível	2.308.566	2.127.906	1.995.069
Ativo financeiro	20.473	22.067	22.996
<b>Total</b>	<b>2.329.039</b>	<b>2.149.973</b>	<b>2.018.065</b>

### 18.3. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Os juros, as variações monetárias, e os demais encargos financeiros findo em 31/12/2010, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros para aplicação no imobilizado em curso, estão registrados como custo desse ativo, no montante de R\$ 26.835. As obras receberão capitalização enquanto estiverem dentro do prazo de execução estabelecido pelo órgão regulador.

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**19. FORNECEDORES**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
<b>Suprimento de energia elétrica:</b>			
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	21.568	20.420	6.995
Petrobras S.A. - UTE GOV. LEONEL BRISOLA	-	1.291	1.455
Cia Energética de São Paulo - CESP	8.414	6.720	6.448
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	13.996	13.850	12.239
Copel Geração S.A.	5.629	5.107	5.187
Light Energia e Serviços de Eletricidade	392	2.049	1.524
Energest S.A.	-	-	559
Duke Energy Intern. Ger. Paranap. S.A.	2.454	2.233	2.340
CEEE - Cia Estadual de Energia Elétrica	1.577	1.267	1.283
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.532	8.785	18.567
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	-	-	444
Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG	4.767	3.001	2.614
Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL	4.675	-	-
Usina Termelétrica de Anapolis Ltda.	-	-	558
Tractebel Energia S.A.	-	-	404
Curuá Energia	10.524	8.638	-
Buriti Energia	5.226	2.739	-
Outros	3.600	5.459	3.522
<b>Subtotal</b>	<b><u>88.354</u></b>	<b><u>81.559</u></b>	<b><u>64.139</u></b>
<b>Compra de energia elétrica:</b>			
Energia livre - CCEE	9.237	6.616	6.616
Energia no curto prazo - CCEE	3.062	3.368	-
<b>Subtotal</b>	<b><u>12.299</u></b>	<b><u>9.984</u></b>	<b><u>6.616</u></b>
<b>Aquisição de combustível:</b>			
Petrobras	67.856	72.454	3.086
<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>	<b><u>4.231</u></b>	<b><u>12.353</u></b>	<b><u>8.915</u></b>
<b>Materiais e serviços</b>	<b><u>69.793</u></b>	<b><u>42.962</u></b>	<b><u>23.180</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>242.533</u></b>	<b><u>219.312</u></b>	<b><u>105.936</u></b>

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**20. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PARCELAMENTOS**

	Circulante			Não circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
<b>Tributos correntes:</b>						
ICMS	42.974	55.704	51.036	-	-	-
Previdência social	4.147	3.168	3.286	-	-	-
FGTS	818	723	676	-	175	174
PIS	6.144	1.350	1.758	-	-	-
COFINS	28.300	6.214	8.098	-	-	-
Imposto de renda	-	974	2.912	-	-	-
Contribuição social	1.359	-	1.091	-	-	-
ISS	666	97	685	-	-	-
Outros	892	1.855	1.016	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>85.300</b>	<b>70.085</b>	<b>70.558</b>	<b>-</b>	<b>175</b>	<b>174</b>
<b>Parcelamento de impostos e contribuições:</b>						
ICMS (a)	41.816	32.314	5.458	52.749	43.085	4.548
PAEX (b)	-	-	70.107	-	-	451.421
Parcelamento Lei 11.941/2009 (b)	63.024	58.065	-	145.807	237.240	-
Parcelamento ordinário - PIS (c)	3.507	3.174	-	9.810	12.168	-
Parcelamento ordinário - COFINS (c)	16.020	14.621	-	45.228	56.045	-
Parcelamento ordinário - CPMF (c)	1.595	-	-	9.203	-	-
Outros	-	-	-	175	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>125.962</b>	<b>108.174</b>	<b>75.565</b>	<b>262.972</b>	<b>348.538</b>	<b>455.969</b>
<b>Total</b>	<b>211.262</b>	<b>178.259</b>	<b>146.123</b>	<b>262.972</b>	<b>348.713</b>	<b>456.143</b>

(a) Repactuação de parcelamentos existentes e inclusão de débitos referente aos meses de dez/2009 e jan/2010 concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, com prazos de amortização de 36 meses, com parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 30/5/2010 e a última parcela vencendo em 30/5/2013, sendo corrigidos pela SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia acrescida de 1%.

(b) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional - PAEX mantidos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Previdência Social, em função da adesão, em setembro de 2009, ao novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 180 meses (15 anos), com reduções que variam de 20% a 100% de multa de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal de acordo com o prazo e modalidade de parcelamento vigente. Os valores de multa de mora ou de ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal contabilizados como obrigação e baixados contra o resultado do período em decorrência das reduções concedidas, não são computados na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para a COFINS.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Utilizando do benefício de redução de encargos a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União - DAU, com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL próprios em setembro de 2009, existindo o ganho oriundo deste benefício reconhecido no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$ 141.247.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional de que tratam os arts. 1º e 8º da MP nº 303/2006 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro de 2008 e de R\$ 100,00, no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês.

Computadas as prestações pagas durante a vigência do PAEX, os débitos que compõem os saldos remanescentes dos parcelamentos foram restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, multas e do encargo legal assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O prazo do parcelamento ficou reduzido, em média, de 81 para 58 parcelas vincendas.

A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão, produzindo efeitos nos requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na Lei. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC.

Ademais, a Portaria Conjunta nº 15 de 1/9/2010, reabriu o prazo para desistência de ações judiciais e impugnação ou recursos administrativos até 30/9/2010 de que tratam o caput e o § 1º do art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22/7/2009, para os optantes pelos parcelamentos ou pagamento à vista previstos nos arts. 1º a 3º da Lei nº 11.941/2009, desde que tenham sido cumpridos os requisitos previstos na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 29/4/2010, e, sendo o caso, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 11, de 24/6/2010, mediante a indicação dos respectivos débitos para parcelamento.

A Companhia aguarda a homologação dos parcelamentos mantidos junto a Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

	<b>Tributos</b>			
	<b>RFB</b>	<b>PGFN</b>	<b>INSS</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo remanescente PAEX 30/9/2009</b>	<b>294.876</b>	<b>192.594</b>	<b>13.097</b>	<b>500.567</b>
Redução de encargos	(62.134)	(79.113)	-	(141.247)
Liquidação de encargos	(78.792)	(5.697)	-	(84.489)
Primeira parcela	(2.898)	(1.828)	-	(4.726)
<b>Saldo consolidado em 30/9/2009</b>	<b>151.052</b>	<b>105.956</b>	<b>13.097</b>	<b>270.105</b>
Encargos	3.400	2.403	313	6.116
Adição	33.261	-	-	33.261
Amortizações	(8.695)	(5.482)	-	(14.177)
<b>Saldo consolidado em 31/12/2009</b>	<b>179.018</b>	<b>102.877</b>	<b>13.410</b>	<b>295.305</b>
Encargos	11.014	7.413	1.193	19.620
Baixa créditos diferidos na liquidação encargos parcelamento Lei 11.941/2009	(23.295)	(8.271)	-	(31.566)
Reclassificação - parcelamento ordinário COFINS	(11.621)	-	-	(11.621)
Amortizações	(35.078)	(27.829)	-	(62.907)
<b>Saldo consolidado em 31/12/2010</b>	<b>120.038</b>	<b>74.190</b>	<b>14.603</b>	<b>208.831</b>

(c) Parcelamento ordinário: Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) referente saldo devedor de PIS e COFINS, protocolado em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 30/10/2014 e CPMF, conforme parecer CDA/PGFN 544/2007, convalidando o parcelamento do tributo segundo as normas da Lei 10.522/2002, inclusive sobre aqueles concedidos com base no artigo 8º da MP 303/2006.



**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS****21.1. Composição**

	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional:</b>						
BNDES - URTJLP	454	193.946	-	76.960	-	-
BNDES - PRÉ	56	46.440	-	23.040	-	-
Eletrobrás	34.447	293.900	25.458	194.470	32.350	146.204
FINAME	1.608	2.228	1.605	3.802	665	1.781
Capital de giro - CDI	417.085	241.230	287.825	123.749	233.645	107.401
Capital de giro - IPCA	16.667	26.389	7.216	43.055	-	-
Capital de giro - Pré	45.410	6.500	22.557	13.200	-	-
Capital de giro - TR	-	-	156	-	3.880	154
Arrendamento mercantil	4.056	6.776	1.378	2.611	1.638	1.719
FNO	341	62.598	167	34.971	64	34.439
FDE	795	1.546	1.838	2.052	2.699	3.668
<b>Total moeda nacional</b>	<b>520.919</b>	<b>881.553</b>	<b>348.200</b>	<b>517.910</b>	<b>274.941</b>	<b>295.366</b>
<b>Moeda estrangeira:</b>						
BID	53.622	97.735	54.703	156.572	36.836	280.917
Units Notes	10.774	10.053	11.637	21.011	1.518	42.301
Tesouro Nacional	3.519	35.111	3.927	40.069	5.910	58.312
Capital de Giro	-	-	5.568	-	49.426	5.772
Arrendamento mercantil	-	-	820	-	560	1.093
<b>Subtotal</b>	<b>67.915</b>	<b>142.899</b>	<b>76.655</b>	<b>217.652</b>	<b>94.250</b>	<b>388.395</b>
(-) Custo de transação	(169)	(20)	(200)	(221)	(218)	(385)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>67.746</b>	<b>142.879</b>	<b>76.455</b>	<b>217.431</b>	<b>94.032</b>	<b>388.010</b>
<b>Total geral</b>	<b>588.665</b>	<b>1.024.432</b>	<b>424.655</b>	<b>735.341</b>	<b>368.973</b>	<b>683.376</b>
Principal	573.724	1.024.452	404.548	735.562	344.979	683.761
Encargos	14.941	(20)	20.107	(221)	23.994	(385)

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**21.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador**

	<u>31/12/2010</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>%</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>%</u>
<b>Moeda nacional:</b>						
URTJLP	194.400	13,86	76.960	8,89	-	-
UFIR	328.348	23,41	219.929	25,39	167.451	29,36
CDI	669.089	47,71	415.041	47,92	344.403	60,39
IPCA	43.056	3,07	50.272	5,80	-	-
TR	-	-	156	0,02	4.034	0,71
TJLP	6.176	0,44	9.518	1,10	8.813	1,55
PRÉ-FIXADO	161.403	11,51	94.234	10,88	34.503	6,05
SELIC	-	-	-	-	11.103	1,95
<b>Subtotal</b>	<b><u>1.402.472</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>866.110</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>570.307</u></b>	<b><u>100,00</u></b>
<b>Moeda estrangeira:</b>						
<b>lene</b>						
PRÉ-FIXADO	-	-	5.568	1,89	55.198	11,44
<b>Dólar norte-americano</b>						
LIBOR	65.393	31,02	18.553	6,30	23.499	4,87
PRÉ-FIXADO	145.421	68,98	270.186	91,80	403.948	83,69
<b>Subtotal</b>	<b><u>210.814</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>294.307</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>482.645</u></b>	<b><u>100,00</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>1.613.286</u></b>		<b><u>1.160.417</u></b>		<b><u>1.052.952</u></b>	

Os índices, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

	<u>Variação %</u>		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
URTJLP (Unidade de Referência - Taxa de Juros de Longo Prazo)	-	0,12	0,24
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	6,00	6,12	6,25
TR (Taxa Referencial)	0,69	0,71	1,63
CDI (Certificado de Depósito Interbancário)	9,76	9,88	12,38
IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)	5,91	4,31	5,90
LIBOR (London Interbank Offered Rate)	0,34	0,70	2,95
US\$ (Dólar norte-americano)	(4,31)	(25,49)	31,94
IENE	8,41	(27,10)	62,89

**21.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos**

**a. Eletrobrás:** recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**b. Eletrobrás:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Em junho/2010 foi liberado R\$ 11.324 através do contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a..

**c. BNDES:** em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, ao custo máximo de 3,57% a.a. acima da variação da TJLP vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 240.385.

**d. FNO:** em dezembro de 2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, através do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 62.638.

**e. FDE:** em dezembro de 2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, através do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 5,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

**f. Tesouro nacional:** Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

**g. Arrendamento mercantil:** contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em dezembro/2013.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,10% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 14,24% a.a.

A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/12/2010 é de R\$ 10.832 e seu valor corresponde ao valor presente nesta data. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Vencimento:	31/12/2010	31/12/2009
2010	-	2.198
2011	4.056	2.611
2012	4.144	-
2013	2.632	-
<b>Total</b>	<b>10.832</b>	<b>4.809</b>

**h. Capital de giro:** As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em outubro/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,35% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 19,23% a.a.

**i. Empréstimo Unit Note:** em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a "Unit Note", com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a, essa taxa contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº. 556/08. Durante o 3º trimestre de 2010 foram amortizados R\$ 48 referente a custos de transação. Os custos de transação a serem amortizados são R\$ 48 (2010), R\$ 169 (2011), R\$ 20 (2012). O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 22). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899 milhões, correspondentes a R\$ 61.231.

**j. Empréstimo – BID:** em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A"); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 22).

**k. Custo de transação:** refere-se a despesas incorridas na obtenção de empréstimos e financiamentos, pagas antecipadamente e apropriadas mensalmente ao resultado pela taxa efetiva de juros, em atendimento à Deliberação CVM nº 556/08.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 21.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

### 21.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
	Moeda nacional	estrangeira			
2010	-	-	-	-	164.444
2011	-	-	-	206.899	142.594
2012	237.882	49.708	287.590	153.161	120.871
2013	184.015	24.080	208.095	94.880	66.122
2014	116.894	25.455	142.349	78.811	61.441
2015	79.446	13.209	92.655	53.609	32.150
2016	77.615	-	77.615	38.715	12.806
2017	75.981	-	75.981	36.830	11.172
2018	42.354	-	42.354	18.454	9.694
2019	34.998	-	34.998	13.000	6.932
2020	10.347	-	10.347	3.651	3.856
2021	8.645	-	8.645	5.735	2.910
Após 2021	13.376	30.447	43.823	31.817	48.769
<b>Total</b>	<b>881.553</b>	<b>142.899</b>	<b>1.024.452</b>	<b>735.562</b>	<b>683.761</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 21.6. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 1/1/2009</b>	<b>274.941</b>	<b>295.366</b>	<b>94.032</b>	<b>388.010</b>	<b>1.052.349</b>
Ingressos	155.298	449.167	-	-	604.465
Encargos	75.251	-	24.233	-	99.484
Varição monetária e cambial	(66)	338	(30.977)	(86.666)	(117.371)
Transferências	226.961	(226.961)	84.077	(84.077)	-
Pagamentos de principal	(310.724)	-	(70.552)	-	(381.276)
Pagamentos de juros	(73.461)	-	(24.377)	-	(97.838)
Transferência de custo de transação	-	-	(164)	164	-
Apropriação de custo de transação	-	-	183	-	183
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>348.200</b>	<b>517.910</b>	<b>76.455</b>	<b>217.431</b>	<b>1.159.996</b>
Ingressos	676.025	659.511	-	-	1.335.536
Encargos	127.499	-	18.570	-	146.069
Varição monetária e cambial	4.410	1.962	(1.091)	(6.242)	(961)
Transferências	297.830	(297.830)	68.511	(68.511)	-
Pagamentos de principal	(801.304)	-	(75.188)	-	(876.492)
Pagamentos de juros	(131.741)	-	(19.541)	-	(151.282)
Transferência de custo de transação	-	-	(201)	201	-
Apropriação de custo de transação	-	-	231	-	231
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>520.919</b>	<b>881.553</b>	<b>67.746</b>	<b>142.879</b>	<b>1.613.097</b>

### 21.7. Arrendamentos mercantis operacionais

Em 2010 a Companhia pagou um montante de R\$ 10.679 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas Outros Custos de Operações e Despesas Gerais e Administrativas. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	R\$
Até 1 ano	3.795
de 1 a 5 anos	3.399
<b>Total</b>	<b>7.194</b>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possui verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

### **a. Política de utilização de instrumentos derivativos**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia

### **b. Obrigações expostas a variação cambial**

Através da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de Swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos, Unit Notes e BID.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Operações passivas			Valor nocional 2010	Custo amortizado			Valor justo		
Objetivo de "hedge" de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
<b>"Swap" BID</b>									
Banco Société Générale		Fev/11 a Mai/12	26.448	(23.174)	(27.340)	(16.140)	(22.749)	(27.031)	(15.704)
Ponta ativa	USD + 0%			19.994	34.824	56.088	20.693	33.772	50.734
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			43.168	62.164	72.228	43.442	60.803	66.438
Banco Itaú BBA S.A.		Fev/11 a Mai/15	55.533	(47.909)	(51.891)	(30.020)	(46.796)	(51.649)	(30.054)
Ponta ativa	USD + 0%			41.982	66.908	105.165	44.115	63.750	92.816
Ponta passiva	IGPM + 4,51%			89.891	118.799	135.185	90.911	115.399	122.870
Unibanco S.A.		Fev/11 a Mai/15	54.577	(46.405)	(38.566)	(20.035)	(45.831)	(39.336)	(22.207)
Ponta ativa	USD + 0%			41.260	50.523	72.447	45.129	45.186	57.706
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			87.665	89.089	92.482	90.960	84.522	79.913
<b>Total BID</b>				<b>(117.488)</b>	<b>(117.797)</b>	<b>(66.195)</b>	<b>(115.376)</b>	<b>(118.016)</b>	<b>(67.965)</b>
<b>"Swap" UNIT NOTES (b)</b>									
Unibanco S.A.		Fev/11 a Fev/12	35.587	(33.821)	(35.750)	(17.825)	(33.692)	(36.599)	(19.090)
Ponta ativa	USD + 0%			27.770	43.530	58.425	28.516	42.302	52.447
Ponta passiva	IGPM + 5,70%			61.591	79.280	76.250	62.208	78.901	71.537
Merrill Lynch		Fev/11 a Fev/12	35.635	(30.074)	(31.604)	(14.870)	(29.391)	(31.298)	(14.298)
Ponta ativa	USD + 0%			27.770	43.530	58.425	28.516	42.302	52.447
Ponta passiva	IGPM + 4,20%			57.844	75.134	73.295	57.907	73.600	66.745
<b>Total UNIT NOTES</b>				<b>(63.895)</b>	<b>(67.354)</b>	<b>(32.695)</b>	<b>(63.083)</b>	<b>(67.897)</b>	<b>(33.388)</b>
<b>"Swap" CAPITAL DE GIRO</b>									
Banco Safra S.A.		-	-	-	59	20.020	-	72	18.173
Ponta ativa	IENE + 5,20%			-	5.570	64.678	-	5.592	55.842
Ponta passiva	CDI + 2,0138%			-	5.511	44.658	-	5.520	37.669
Banco ABC S.A.		Jan/11 a Nov/11	5.454	(1)	-	-	(48)	-	-
Ponta ativa	CDI + 4,2818%			5.463	-	-	5.574	-	-
Ponta passiva	CDI + 6,1677%			5.464	-	-	5.622	-	-
<b>Total Capital de Giro</b>				<b>(1)</b>	<b>59</b>	<b>20.020</b>	<b>(48)</b>	<b>72</b>	<b>18.173</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>(181.384)</b>	<b>(185.092)</b>	<b>(78.870)</b>	<b>(178.507)</b>	<b>(185.841)</b>	<b>(83.180)</b>
Ativo não circulante (c)							-	72	17.978
Passivo circulante				-	-	-	(81.769)	-	-
Passivo não circulante				-	-	-	(96.738)	(185.913)	(101.353)

(a) Para maiores informações sobre as dívidas em questão vide nota explicativa nº 21.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nocional do swap é superior a dívida. Vide nota explicativa nº 21.

(c) Vide nota explicativa nº 14

#### Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	31/12/2010
2012	62.108
2013	12.942
2014	14.530
2015	7.158
<b>Total</b>	<b>96.738</b>



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas operações de Swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&F. A mensuração é considerada nível 3 na hierarquia do valor justo.

### e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

**Tesouro Nacional** - Corresponde a reestruturação da dívida externa (vide nota explicativa nº 21), atualizados de acordo com a variação das taxas Libor, Taxa Pré-fixada e variação do dólar, com amortização mensal e vencimento em abril de 2024.

Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem investimentos em Bônus de Descontos e Bônus ao Par (Bônus emitidos pela União) que estão expostos a variação do dólar, possuem vencimentos idênticos ao valor da dívida e serão utilizados para quitar a dívida. Os referidos estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica cauções e depósitos vinculados (vide nota explicativa nº 16).

### f. Teste de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº. 475/08 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições com derivativos abertas dos contratos de Swap em 31 de dezembro de 2010. Os Swaps da Companhia, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, na qual ela se compromete a pagar a variação do IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o IGP-M e o CDI, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas.

Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

		31/12/2010		
Objetivo de "hedge" de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
<b>"Swap" BID</b>				
Banco Societe Generali	IGPM + 4,88%	(3.158)	(3.624)	(4.089)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,51%	(10.191)	(11.807)	(13.423)
Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(21.155)	(24.732)	(28.310)
<b>Total BID</b>		<b>(34.504)</b>	<b>(40.163)</b>	<b>(45.822)</b>
<b>"Swap" notes units</b>				
Unibanco S.A.	IGPM + 5,70%	(3.801)	(4.361)	(4.922)
Merril Lynch	IGPM + 4,20%	(3.517)	(4.036)	(4.555)
ABC	CDI + 6,17%	(47)	(47)	(47)
<b>Total notes</b>		<b>(7.365)</b>	<b>(8.444)</b>	<b>(9.524)</b>
<b>Total geral</b>		<b>(41.869)</b>	<b>(48.607)</b>	<b>(55.346)</b>

### 22.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

#### a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez, assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

Nota	Categoria	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009		
		Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado	
<b>Ativos financeiros</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	6	Recebíveis	457.209	457.209	195.389	195.389	106.220	106.220
Consumidores	7	Recebíveis	738.795	738.795	554.219	554.219	459.126	459.126
Títulos a receber	8	Recebíveis	44.188	44.188	41.001	41.001	44.325	44.325
Partes relacionadas	15	Recebíveis	108.053	108.053	622.309	622.309	589.779	589.779
Ativo financeiro - bens da concessão	18	Recebíveis	275.831	275.831	180.009	180.009	140.250	140.250
Sub-rogação CCC	13	Recebíveis	138.509	138.509	690	690	-	-
Operações de swap	22	Valor justo através do resultado	-	-	72	72	17.978	17.978
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	20	Mensurado pelo custo amortizado	242.533	242.533	219.312	219.312	105.936	105.936
Empréstimos e financiamentos	22	Mensurado pelo custo amortizado	1.613.097	1.609.973	1.159.996	1.153.793	1.052.349	1.033.069
Partes relacionadas	15	Mensurado pelo custo amortizado	136.415	136.415	94.256	94.256	2.195	2.195
Operações de swap	22	Valor justo através do resultado	178.507	178.507	185.913	185.913	101.353	101.353

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 22.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

#### a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 9). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

#### b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre através da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de hedge cambial estão atreladas, em sua maioria, ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 21).

Os principais risco de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável são utilizadas as condições consideradas como prováveis pela Administração, as quais foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Para os ativos e passivos financeiros, exceto os instrumentos derivativos, foi fixado um período de um ano para verificação do impacto nas despesas financeiras, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Já para os instrumentos derivativos, representados por swaps, é utilizada a cotação para cada um dos vencimentos, sendo que a variável que não a cambial tem seus valores baseados sempre no cenário provável.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### • Risco cambial

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
<b>Ativos Financeiros</b>			
Recebíveis	1.597	6.552	11.506
<b>Passivos Financeiros</b>			
Passivo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado	(18.485)	(75.813)	(133.141)
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(15.652)	(64.194)	(112.737)
<b>Total</b>	<b>(32.540)</b>	<b>(133.455)</b>	<b>(234.372)</b>

### • Risco de indexadores

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
<b>Ativos Financeiros</b>			
Recebíveis	6.592	15.300	24.008
<b>Passivos Financeiros</b>			
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(15.314)	(40.153)	(64.993)
<b>Total</b>	<b>(8.722)</b>	<b>(24.853)</b>	<b>(40.985)</b>

### c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiro. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

As análises quanto aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, encontram-se em suas respectivas notas explicativas.

### d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 31/12/2010, a Companhia não atendeu os indicadores de Dívida Total/EBITDA menor que 3,50; Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) menor que 0,60; Dívida Total de Curto Prazo / EBITDA menor que 0,75, referentes ao contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo montante é de R\$151.357 (vide nota explicativa nº 21), A Companhia tomou providências imediatas e obteve carta de consentimento (“Waiver”) da instituição, datada de 25/2/2011, que não irá exercer seu direito de exigir a liquidação da dívida antecipada.

Os demais índices financeiros foram atendidos.

### **22.3. Gerenciamento de riscos relacionados à companhia e suas operações**

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

#### **a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

#### **b. Risco de não renovação das concessões**

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 23. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	875	1.685	1.314
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	6.512	4.332	5.446
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.551	7.752	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	971	812
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	308	257
<b>Total</b>	<b><u>11.938</u></b>	<b><u>15.048</u></b>	<b><u>7.829</u></b>

### 24. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	<u>Circulante</u>			<u>Não circulante</u>		
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	451	563	3.215	-	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	225	207	1.533	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.087	13.323	12.807	12.705	8.812	5.411
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.742	18.743	21.197	22.572	14.165	6.436
<b>Total</b>	<b><u>33.505</u></b>	<b><u>32.836</u></b>	<b><u>38.752</u></b>	<b><u>35.277</u></b>	<b><u>22.977</u></b>	<b><u>11.847</u></b>

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Provisões sobre folha de pagamento	7.001	6.523	6.319
Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento	2.590	2.413	2.338
<b>Total</b>	<b><u>9.591</u></b>	<b><u>8.936</u></b>	<b><u>8.657</u></b>

**26. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

Está representada como segue:

	<u>31/12/2010</u>			<u>31/12/2009</u>			<u>1/1/2009</u>	
	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldos</u>	
	<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>		<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>		<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Cíveis - Consumidores (a)	(17)	3.269	6.213	(7)	3.286	5.922	3.293	5.862
Trabalhistas (b)	(536)	12.318	20.419	5.361	12.854	19.337	7.493	17.988
Fiscais e tributárias:								
PIS	-	-	703	-	-	703	-	703
<b>Total</b>	<b><u>(553)</u></b>	<b><u>15.587</u></b>	<b><u>27.335</u></b>	<b><u>5.354</u></b>	<b><u>16.140</u></b>	<b><u>25.962</u></b>	<b><u>10.786</u></b>	<b><u>24.553</u></b>

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 1/1/2009</b>	<b>3.293</b>	<b>7.493</b>	<b>-</b>	<b>10.786</b>
Constituição	-	5.811	-	5.811
Baixas/reversão	(7)	(471)	-	(478)
Atualização	-	21	-	21
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>3.286</b>	<b>12.854</b>	<b>-</b>	<b>16.140</b>
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(17)	(536)	-	(553)
Atualização	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>3.269</b>	<b>12.318</b>	<b>-</b>	<b>15.587</b>

<b>Contingências passivas possíveis de perda (c):</b>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
1/1/2009	3.334	5.136	840	9.310
31/12/2009	3.246	4.885	-	8.131
31/12/2010	3.175	4.683	-	7.858

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 27. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Vencimento	Circulante				
	Plano Bresser	PCCS	Total		
			31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
2009	-	-	-	-	95.424
2010	-	-	-	81.296	-
2011	62.429	19.521	81.950	-	-
Ajuste a valor presente (a)	(2.554)	(1.300)	(3.854)	(4.672)	(5.829)
<b>Total</b>	<b>59.875</b>	<b>18.221</b>	<b>78.096</b>	<b>76.624</b>	<b>89.595</b>

Vencimento	Não circulante				
	Plano Bresser	PCCS	Total		
			31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
2010	-	-	-	-	77.401
2011	-	-	-	79.815	77.401
2012	88.738	19.521	108.259	102.123	95.987
Ajuste a valor presente (a)	(8.767)	(1.481)	(10.248)	(24.653)	(42.107)
<b>Total</b>	<b>79.971</b>	<b>18.040</b>	<b>98.011</b>	<b>157.285</b>	<b>208.682</b>

(a) A Companhia procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

#### Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No exercício de 2010 o impacto no resultado da Companhia relativo a atualização monetária foi de R\$ 13.287 (R\$ 9.823 em 2009).

#### Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

### 28. OUTROS PASSIVOS

	Circulante			Não circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Convênios de arrecadação	3.060	3.609	2.163	-	-	-
Adto. de consumidor - Simara - Siderúrgica Marabá	5.972	8.500	8.500	-	-	-
Adto. de consumidor - diversos	1.396	460	-	6.240	5.268	1.447
Conta paga em duplicidade	9.567	7.462	5.509	-	-	-
Entidades seguradoras	609	1.006	-	-	-	-
Encargo de capacidade emergencial	1.485	1.557	1.741	-	-	-
Encargo de aquisição emergencial de energia elétrica	69	69	74	-	-	-
Secretaria da Receita Federal - Honorários Jurídicos (a)	1.156	6.496	5.922	-	-	-
C.R.Almeida S.A. - Engenharia e Construções (b)	24.807	18.210	-	18.357	31.576	-
Encargos ex-isolados	2.340	-	-	-	-	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	-	5.731	1.249	-
Subvenção COFINS - CCC	-	-	-	26.398	5.753	-
Energia sub-júdice	-	-	-	2.682	2.682	2.682
Outros	4.093	654	565	402	3.322	9.246
<b>Total</b>	<b>54.554</b>	<b>48.023</b>	<b>24.474</b>	<b>59.810</b>	<b>49.850</b>	<b>13.375</b>

(a) Corresponde a Honorários Jurídicos da Ação Ordinária nº 95.72436-2, Processo 2002.39.0003250-2 junto a PGFN a serem pagos em 27 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela taxa SELIC.

(b) Refere-se ao parcelamento da ação ordinária de indenização de autos nº 1993.1.002606-0 junto à C.R. Almeida S.A. - Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

### 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 29.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 31/12/2010 e 31/12/2009 é de R\$ 518.932, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
QMRA	32.656.151	54,98	45.395	2,10	-	-	25.466	2,12	32.727.012	51,26
Eletrobrás	20.664.721	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.694	34,24
Rede Energia	6.061.329	10,20	300.617	13,87	2	-	90.437	7,53	6.452.385	10,11
Outros	15.295	0,03	1.699.465	78,43	10.737	0,99	1.085.346	90,35	2.810.843	4,39
<b>Total</b>	<b>59.397.496</b>	<b>100,00</b>	<b>2.166.816</b>	<b>100,00</b>	<b>1.085.373</b>	<b>100,00</b>	<b>1.201.249</b>	<b>100,00</b>	<b>63.850.934</b>	<b>100,00</b>

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

- Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;
- Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;
- Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%

Ações preferenciais classe "B" - 10%

Ações preferenciais classe "C" - 3%

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 29.2. Reservas

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
<b>Reservas de capital:</b>			
Doações e subvenções para investimentos	-	1.260	1.260
Remuneração de bens e direitos constituídos c/capital próprio	-	35.654	35.654
	<u>-</u>	<u>36.914</u>	<u>36.914</u>
<b>Reservas de lucros:</b>			
Reserva legal	-	19.471	15.518
Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	11.965
Reserva de investimento	-	157.146	27.375
	<u>-</u>	<u>176.617</u>	<u>54.858</u>

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30/4/2009, dentre outras deliberações, foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R\$ 11.965, sendo R\$ 0,163867617 por ação ordinária, R\$ 0,487634621 por ação preferencial classe "A", R\$ 0,812724372 por ação preferencial classe "B" e R\$ 0,243817318 por ação preferencial classe "C", a serem pagos aos acionistas na forma e época determinadas pela Diretoria, até dezembro de 2009.

Os dividendos foram provisionados em dezembro de 2008, na conta de Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

### 29.3. Outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>1/1/2009</u>
Reserva de reavaliação	388.400	422.205	453.000
	<u>388.400</u>	<u>422.205</u>	<u>453.000</u>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 30. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Demonstramos a seguir o cálculo dos dividendos mínimos e propostos relativos aos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(100.735)	88.056
Ajuste - PCCS líquido	-	(49.500)
Ajuste - AVP líquido	-	6.858
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de práticas contábeis	(162.274)	-
Efeito da mudança de práticas contábeis em 2009	-	33.651
<b>Base de cálculo para dividendos</b>	<b>(263.009)</b>	<b>79.065</b>
Reserva legal (5%)	-	(3.953)
Base de cálculo para dividendos mínimos	<b>(263.009)</b>	<b>75.112</b>
Percentual sobre o lucro	25%	25%
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>-</b>	<b>18.778</b>
<b>Dividendos:</b>		
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>94.408</b>	<b>86.556</b>
Dividendos conforme AGO 30/4/2009	-	11.965
Dividendos propostos	-	18.778
Dividendos pagos	(59.917)	(22.891)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>34.491</b>	<b>94.408</b>
<b>Juros sobre capital próprio (JCP):</b>		
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>4.980</b>	<b>6.380</b>
JCP pagos	(4.646)	(1.400)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>334</b>	<b>4.980</b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>		
Fornecimento de energia elétrica	1.520.356	1.298.377
Disponibilização do sistema de distribuição	914.302	794.028
Suprimento de energia elétrica	12.126	9.194
Receita de construção (a)	488.782	173.794
Outras receitas	16.488	16.903
<b>Total da receita bruta de vendas</b>	<b><u>2.952.054</u></b>	<b><u>2.292.296</u></b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
<b>Impostos diretos:</b>		
ICMS	(506.862)	(428.869)
PIS	(40.474)	(34.548)
COFINS	(186.427)	(159.100)
ISS	(10)	(23)
<b>Subtotal</b>	<b><u>(733.773)</u></b>	<b><u>(622.540)</u></b>
<b>Encargos do consumidor:</b>		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(17.113)	(15.464)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(58.710)	(48.645)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(11.416)	(11.648)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.086)	(2.746)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.090)	(2.746)
Estudo de Pesquisa Energética - EPE	(1.547)	(1.373)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.714)	(6.864)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(4.644)	-
<b>Subtotal</b>	<b><u>(107.320)</u></b>	<b><u>(89.486)</u></b>
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b><u>(841.093)</u></b>	<b><u>(712.026)</u></b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b><u>2.110.961</u></b>	<b><u>1.580.270</u></b>

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, não existindo margem de lucro, assim a receita de construção é igual a custo de construção.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 31.1. Fornecimento e suprimento de energia elétrica

Classe de consumidor	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	1.475.157	1.385.198	2.411.246	2.149.949	1.000.464	831.589
Industrial	3.806	3.778	1.285.812	1.166.049	386.330	337.297
Comercial, serviços e outras atividades	136.404	131.968	1.338.407	1.225.242	597.565	513.191
Rural	128.179	129.041	189.629	161.069	54.611	43.065
Poder público	15.781	14.561	419.161	386.094	177.583	155.287
Iluminação pública	360	351	250.960	248.819	63.148	58.766
Serviço público	1.542	1.498	224.209	213.353	57.144	51.596
Consumo próprio	270	266	32.814	29.628	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	14.416	9.148
Receita do uso da rede	-	-	-	-	17.348	18.668
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	56.237	49.183
Fornec. não faturado reposição tarifária	-	-	-	-	9.815	24.644
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	(3)	(29)
<b>Subtotal</b>	<b>1.761.499</b>	<b>1.666.661</b>	<b>6.152.238</b>	<b>5.580.203</b>	<b>2.434.658</b>	<b>2.092.405</b>
Suprimentos	-	-	132.647	197.494	12.126	9.194
Receita de construção	-	-	-	-	488.782	173.794
Outras receitas	-	-	-	-	16.488	16.903
<b>Total</b>	<b>1.761.499</b>	<b>1.666.661</b>	<b>6.284.885</b>	<b>5.777.697</b>	<b>2.952.054</b>	<b>2.292.296</b>

(\*) Informações não auditadas.

### 31.2. Reconciliação da alíquota efetiva de PIS e COFINS

	31/12/2010		31/12/2009	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Fornecimento de energia elétrica	2.453.460	2.453.460	2.093.887	2.093.887
Alíquota	1,65%	7,60%	1,65%	7,60%
<b>Subtotal</b>	<b>40.482</b>	<b>186.463</b>	<b>34.549</b>	<b>159.135</b>
Reversão de despesas	(8)	(36)	(1)	(35)
<b>Valor da contribuição</b>	<b>40.474</b>	<b>186.427</b>	<b>34.548</b>	<b>159.100</b>
(-) Créditos a descontar				
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(9.076)	(41.805)	(8.130)	(36.790)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.838)	(8.464)	(1.773)	(8.167)
Materiais e serviços utilizados como insumos	(6.168)	(28.409)	(5.395)	(24.850)
Depreciação e amortização	(1.198)	(5.518)	(1.808)	(8.330)
Outros	(106)	(490)	(310)	(1.426)
<b>Subtotal</b>	<b>(18.386)</b>	<b>(84.686)</b>	<b>(17.416)</b>	<b>(79.563)</b>
<b>Valor da contribuição líquida</b>	<b>22.088</b>	<b>101.741</b>	<b>17.132</b>	<b>79.537</b>
<b>Alíquota efetiva anual (b)</b>	<b>0,90%</b>	<b>4,15%</b>	<b>0,82%</b>	<b>3,80%</b>

(a) Vide nota explicativa nº 32.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

(b) Com a alteração na sistemática de cobrança pelo órgão regulador que excluiu o PIS e a COFINS da tarifa, a alíquota efetiva representa o valor médio a integrar o preço final a ser pago pelo consumidor pelo serviço público de distribuição de energia elétrica.

O PIS/PASEP e a COFINS são cobrados de acordo com as Leis nº 10.637/02, 10.833/03 e 10.865/04, e a alteração na forma de cobrança trouxe a possibilidade de que seus valores sejam fiscalizados não apenas pela ANEEL, mas por cada um dos consumidores de energia elétrica, visto que passaram a ser cobrados de forma destacada nas suas faturas, a exemplo do que ocorre com o ICMS.

### 32. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
	MWh (*)	MWh (*)	R\$	R\$
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	329.249	347.463	34.573	32.196
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE	698.270	708.593	60.165	56.894
Cia. Energética de São Paulo - CESP	679.760	717.707	56.867	56.548
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE	154.262	150.228	11.475	9.962
Cia. Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	1.919.232	1.524.912	109.109	104.215
Copel Geração S.A.	582.418	590.307	45.869	42.254
Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A.	225.702	227.599	19.784	18.170
Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE	49.819	47.742	4.254	3.335
Energest S.A.	55.671	56.225	4.741	4.151
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.138.698	2.055.082	180.949	157.299
Light Serviços de Eletricidade S.A.	195.442	192.560	12.892	12.461
Câmara de Comercialização Energia Elétrica - CCEE	-	361.238	-	18.213
Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS	152.855	244.076	11.579	18.757
Tractabel/Gerasul	160.493	118.341	22.803	13.407
Tractabel Comercializadora	50.848	75.272	5.324	9.087
Outros	887.211	563.315	168.925	60.753
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD	341.119	341.119	25.961	17.925
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia - PROINFA	162.846	141.274	27.382	23.518
Amortização e diferimento de custos da parcela A	-	-	-	28.473
(-)Parcela a compensar crédito PIS não cumulativo	-	-	(9.076)	(8.130)
(-)Parcela a compensar crédito COFINS não cumulativo	-	-	(41.805)	(36.790)
<b>Total de energia comprada para revenda</b>	<b>8.783.895</b>	<b>8.463.053</b>	<b>751.771</b>	<b>642.698</b>

(\*) Informações não auditadas.



**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**33. DESPESAS OPERACIONAIS**

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas operacionais	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal	9.359	21.919	27.950	19.510	-	-
Administradores	-	-	3.742	2.470	-	-
Material	1.151	583	4.694	3.222	-	-
Serviço de terceiros	59.890	53.865	59.107	53.288	-	-
Depreciação e amortização	-	-	5.047	3.555	190	190
Arrendamentos e aluguéis	42	-	5.999	5.604	-	-
Seguros	31	52	1.295	1.263	-	-
Tributos	-	-	5.860	9.640	6	-
Provisões (líquida de reversão)	15.339	10.769	-	-	(2.544)	4.845
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	3.461	3.341
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	3.018	3.184
Outros	692	6.817	11.732	9.916	-	-
<b>Total</b>	<b>86.504</b>	<b>94.005</b>	<b>125.426</b>	<b>108.468</b>	<b>4.131</b>	<b>11.560</b>

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Despesas com pessoal:</b>				
Remuneração	7.390	17.818	22.455	18.131
Encargos sociais	1.787	3.832	4.943	4.610
Programa de incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	33	-	274
Contribuição como mantenedor da fundação	139	181	467	224
Indenização sobre o saldo do FGTS	43	55	87	262
( - ) Transferências para ordens em curso	-	-	(2)	(3.991)
<b>Total</b>	<b>9.359</b>	<b>21.919</b>	<b>27.950</b>	<b>19.510</b>

**34. OUTROS RESULTADOS**

	31/12/2010	31/12/2009
<b>Outras receitas:</b>		
Ganhos na alienação de bens e direitos	7.660	1.452
Outras receitas	813	790
<b>Subtotal</b>	<b>8.473</b>	<b>2.242</b>
<b>Outras despesas:</b>		
Perdas na desativação de bens e direitos	(4.984)	-
Perdas na alienação de bens e direitos	(4.319)	(417)
Perda nos estoques	-	(9.106)
Outras despesas	(330)	(3.116)
<b>Subtotal</b>	<b>(9.633)</b>	<b>(12.639)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(10.397)</b>

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**35. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de juros:		
Renda de aplicações financeiras	22.037	4.333
Juros ativos	71.655	73.543
	<u>93.692</u>	<u>77.876</u>
Ajuste a valor presente:		
Indenizações trabalhistas	(4.709)	(5.179)
Consumidores	13.534	676
ICMS	8.870	6.813
	<u>17.695</u>	<u>2.310</u>
Ganho em instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Instrumentos derivativos	37.942	3.539
	<u>37.942</u>	<u>3.539</u>
Variação monetária	56.102	110.829
Acréscimos moratórios - energia vendida	38.113	25.156
Operações de swap	40.362	5.288
Redução de encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009	2.384	134.560
Outras receitas financeiras	6.965	5.288
	<u>6.965</u>	<u>5.288</u>
<b>Total receitas financeiras</b>	<b><u>293.255</u></b>	<b><u>364.846</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	(142.666)	(100.996)
Variação monetária	(34.168)	(9.924)
Variação cambial	(42.811)	(6.705)
Ajuste a valor presente:		
Indenizações trabalhistas	(10.514)	(13.035)
Consumidores	(13.225)	(244)
ICMS	(10.894)	(2.824)
	<u>(34.633)</u>	<u>(16.103)</u>
Perdas em instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Instrumentos derivativos	(34.316)	(1.825)
	<u>(34.316)</u>	<u>(1.825)</u>
Juros e multas	(138.720)	(110.454)
Acréscimos moratórios - energia comprada	(5.506)	(1.444)
Operações de swap	(110.260)	(104.179)
Encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009	(22.809)	(6.117)
IOF	(16.019)	(7.787)
Taxas bancárias	(3.222)	(2.259)
Encargos de acordo indenizatório	-	(60.000)
Outras despesas financeiras	(36.881)	(21.342)
	<u>(36.881)</u>	<u>(21.342)</u>
<b>Total despesas financeiras</b>	<b><u>(622.011)</u></b>	<b><u>(449.135)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>(328.756)</u></b>	<b><u>(84.289)</u></b>

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 36. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Cálculo de lucros (prejuízo) por ação (em milhares, exceto valor por ação).

	Exercícios findos em	
	31/12/2010	31/12/2009
<b>Resultado básico por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		
Para acionistas preferenciais classe A	(3.419)	2.988
Para acionistas preferenciais classe B	(1.712)	1.497
Para acionistas preferenciais classe C	(1.895)	1.657
Para acionistas ordinários	(93.709)	81.914
	<b>(100.735)</b>	<b>88.056</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
	<b>63.851</b>	<b>63.851</b>
<b>Resultado básico por ação</b>		
Ações preferencias classe A	(1,58)	1,38
Ações preferencias classe B	(1,58)	1,38
Ações preferencias classe C	(1,58)	1,38
Ações ordinárias	(1,58)	1,38

### 37. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidos. O montante dessa participação registrada como custo operacional e paga no exercício de 2010 foi de R\$ 6.002, (R\$ 4.524 em 2009).

### 38. REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.035 de 3/8/2010 e da Nota Técnica nº 229/2010-SRE/ANEEL de 26/7/2010, homologou o resultado do "IRT" Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2010, da Companhia, fixando o reajuste 15,83% (quinze vírgula oitenta e três por cento), sendo 9,84% (nove vírgula oitenta e quatro por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 5,98% (cinco vírgula noventa e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 10,80% (dez vírgula oitenta por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 7/8/2010 a 6/8/2011.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 39. INVESTIMENTO REMUNERÁVEL (\*)

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 849, de 21/7/2009 e Nota Técnica nº 229/2009-SRE/ANEEL, de 7/7/2009, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Item	Descrição	Revisão 08/2007	Reajuste 08/2008	Reajuste 08/2009	Reajuste 08/2010
1	Ativo imobilizado em serviço - AIS	1.875.854	2.159.483	2.145.015	2.269.211
2	Índice de aproveitamento integral	-	-	-	-
3	Obrigações especiais	206.610	237.849	236.256	249.935
4	Bens totalmente depreciados	161.772	186.232	184.984	195.695
<b>5</b>	<b>Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>1.507.472</b>	<b>1.735.402</b>	<b>1.723.775</b>	<b>1.823.581</b>
6	Depreciação acumulada	804.879	926.577	920.369	973.658
7	AIS Líquido (Valor de mercado em uso)	1.088.535	1.253.121	1.244.726	1.316.795
8	Índice de aproveitamento depreciado	-	-	-	-
9	Valor da base de remuneração - (VBR)	1.088.535	1.253.121	1.244.726	1.316.795
10	Almojarifado em operação	6.713	7.728	7.676	8.121
11	Ativo diferido	-	-	-	-
12	Terrenos e serviços	17.560	20.215	20.080	21.242
<b>13</b>	<b>Base de Remuneração Líquida = (1)-(6)-(8)-(3)+(10)+(11)+(12)</b>	<b>888.638</b>	<b>1.023.000</b>	<b>1.016.146</b>	<b>1.074.981</b>
14	Base de remuneração bruta - RGR/PLPT	17.295	19.910	19.777	20.922
15	Depreciação acumulada - RGR/PLTP	633	729	724	766
<b>16</b>	<b>Base de remuneração líquida - RGR/PLPT</b>	<b>16.662</b>	<b>19.181</b>	<b>19.053</b>	<b>20.156</b>
17	Taxa de depreciação	4,14%	4,14%	4,14%	4,14%
<b>18</b>	<b>Quota de reintegração regulatória = (17) * (5)</b>	<b>62.409</b>	<b>71.846</b>	<b>71.364</b>	<b>75.496</b>
<b>19</b>	<b>Varição IGPM (RH ANEEL nº 685/2008, nº 857/2009 e nº 1.035/2010)</b>	<b>-</b>	<b>15,12%</b>	<b>-0,67%</b>	<b>5,79%</b>

(\*) Informações não auditadas.

### 40. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### a. Plano de Benefícios CELPA BD-I:

Está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1998. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

### b. Plano de Benefícios CELPA BD-II:

Instituído em 1/1/1998, encontra-se em extinção desde 1/4/2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

### c. Plano de Benefícios CELPA-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

### d. Plano de Benefícios CELPA-OP:

Instituído em 1/4/2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício foi de R\$ 393 (R\$ 227 em 2009).

### 40.1. Situação Financeira dos Planos de Benefícios – Avaliação Atuarial – data base 31/12/2010

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31/12/2010, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados, são conforme segue:

#### a. Número de participantes/beneficiários:

	Planos de benefícios				Total
	CELPA BD-I	CELPA BD-II	CELPA-R	CELPA-OP	
Número Participantes	-	13	2.118	2.097	4.228
Número Assistidos	271	184	28	28	511
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	37	137	16	-	190
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>334</b>	<b>2.162</b>	<b>2.125</b>	<b>4.929</b>

#### b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Taxa	
	Avaliação Atuarial 2010	Avaliação Atuarial 2009
1. Taxa de desconto para o cálculo do valor presente	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos	6,00% líquido - plano de risco 5,50% líquido - demais planos
3. Taxa de crescimento salarial futuro	4,08% (2% líquido)	4,30% (2% líquido)
4. Taxa de crescimento real dos benefícios:		
Da previdência Social	-	-
Do Plano	-	-
5. Taxa de inflação	2,08%	2,30%
6. Fator de capacidade:		
Dos salários	1,00	1,00
Dos benefícios	1,00	1,00
7. Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - Male	AT 2000 - Male
8. Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2009, ambos os sexos.	IBGE 2008, ambos os sexos.
9. Tábua de entrada em invalidez	Nula	Álvaro Vindas
10. Tábua de rotatividade	Nula	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada em taxas de mercado de títulos corporativos de alta qualidade com prazos e moeda

**Notas Explicativas**

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

semelhante às obrigações. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas do mercado no início do período, relativas a rendimentos ao longo da vida da obrigação. A taxa de crescimento salarial é baseada na experiência histórica da Companhia.

**c. Síntese da Avaliação Atuarial:**

	Planos de benefícios				Total
	CELPA BD-I	CELPA BD-II	CELPA-R	CELPA-OP	
1. Exigível atuarial	96.599	49.154	9.692	89.093	244.538
2. Benefícios concedidos					
Aposentadoria	90.625	32.485	-	6.317	129.427
Invalidez	1.000	1.915	6.777	-	9.692
Pensão	4.975	12.677	2.915	-	20.567
3. Benefícios a conceder					
Benefício definido	-	2.076	-	-	2.076
Contribuição definida	-	-	-	82.777	82.777

**d. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:**

	CELPA - BD-I		CELPA - BD-II		CELPA - R		Total	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
<b>Valor presente da obrigação de benefício definido</b>								
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>94.924</b>	<b>86.355</b>	<b>47.943</b>	<b>44.229</b>	<b>8.202</b>	<b>7.687</b>	<b>151.069</b>	<b>138.271</b>
Custo do serviço corrente	1.675	8.570	1.211	3.713	1.490	515	4.376	12.798
Custo dos juros	5.221	4.749	2.637	2.433	492	461	8.350	7.643
Benefícios pagos	(9.223)	(8.925)	(4.693)	(4.607)	(1.611)	(1.465)	(15.527)	(14.997)
(Ganhos)/Perdas atuariais	4.003	4.175	2.056	2.175	1.119	1.004	7.178	7.354
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>96.600</b>	<b>94.924</b>	<b>49.154</b>	<b>47.943</b>	<b>9.692</b>	<b>8.202</b>	<b>155.446</b>	<b>151.069</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>								
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>124.754</b>	<b>114.501</b>	<b>62.784</b>	<b>58.058</b>	<b>9.537</b>	<b>9.305</b>	<b>197.075</b>	<b>181.864</b>
Retorno esperado	6.861	6.298	3.453	3.193	572	558	10.886	10.049
Contrib. recebidas do empregador	-	-	-	-	1.276	437	1.276	437
Contrib. recebidas dos participantes	-	-	24	24	-	-	24	24
Benefícios pagos	(9.223)	(8.925)	(4.693)	(4.607)	(1.611)	(1.464)	(15.527)	(14.996)
Ganho/(Perda) atuarial	11.887	12.880	5.650	6.116	1.683	701	19.220	19.697
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>134.279</b>	<b>124.754</b>	<b>67.218</b>	<b>62.784</b>	<b>11.457</b>	<b>9.537</b>	<b>212.954</b>	<b>197.075</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>37.679</b>	<b>29.830</b>	<b>18.064</b>	<b>14.841</b>	<b>1.765</b>	<b>1.335</b>	<b>57.508</b>	<b>46.006</b>
Não reconhecida	37.679	29.830	18.064	14.841	1.765	1.335	57.508	46.006
Reconhecida	-	-	-	-	-	-	-	-

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### e. Composição dos ativos dos planos:

	CELPA - BD-I		CELPA - BD-II		CELPA - R		Total	
	31/12/2010	%	31/12/2010	%	31/12/2010	%	31/12/2010	%
Disponível, gestão previdencial e administrativa	1.466	1%	790	1%	368	3%	2.624	1%
Investimentos								
Títulos públicos	41.451	31%	20.744	30%	3.631	32%	65.826	31%
Créditos privados e depósitos	57.340	42%	28.697	42%	5.023	44%	91.060	42%
Ações	4.380	3%	2.198	3%	284	2%	6.862	3%
Fundos de investimento	25.106	18%	12.569	18%	2.111	18%	39.786	18%
Imobiliários	4.582	3%	2.311	3%	-	0%	6.893	3%
Empréstimos e financiamentos	1.519	1%	820	1%	78	1%	2.417	1%
Outros realizáveis	-	0%	-	0%	1	0%	1	0%
<b>Total</b>	<b>135.844</b>	<b>100%</b>	<b>68.129</b>	<b>100%</b>	<b>11.496</b>	<b>100%</b>	<b>215.469</b>	<b>100%</b>

### 40.2. Reconciliação contábil

	Passivo atuarial não coberto (a)	Confissão de dívida (b)	Contribuição corrente	Total
<b>Saldo em 1/1/2009</b>	<b>16.523</b>	<b>7.548</b>	<b>745</b>	<b>24.816</b>
Despesa do exercício	-	523	-	523
Pagamentos de contribuições / dívida	-	(3.130)	(745)	(3.875)
Baixa de passivo atuarial	(508)	-	-	(508)
Contribuição corrente	-	-	1.240	1.240
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>16.015</b>	<b>4.941</b>	<b>1.240</b>	<b>22.196</b>
Despesa do exercício	-	319	-	319
Pagamentos de contribuições / dívida	-	(3.540)	(1.240)	(4.780)
Baixa de passivo atuarial	(2.032)	-	-	(2.032)
Contribuição corrente	-	-	1.584	1.584
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>13.983</b>	<b>1.720</b>	<b>1.584</b>	<b>17.287</b>

(a) Passivo atuarial não coberto: tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas da Companhia. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

(b) Contas a pagar à Redeprev - Confissão de dívida: em 7/6/1996 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, consolidando dívidas no montante de R\$ 12.727 naquela data. O valor contratado está sendo amortizado em 180 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e acrescidas de juros de 0,5% ao mês, com vencimento final para 30/6/2011. O saldo não amortizado em 31/12/2010, no montante de R\$ 1.720 (R\$ 4.941 em 31/12/2009), está registrado no passivo circulante integrando o saldo da rubrica "Benefícios pós-emprego".



## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

### 41. SEGUROS (\*)

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Ramo de seguro	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
RO Distribuição	30/11/2011	R\$ 20.000	R\$ 515
RCG	31/10/2011	R\$ 20.000	R\$ 216
D&O	30/9/2011	R\$ 45.000	R\$ 37
Locados Elegíveis 1º Risco	30/10/2011	Casco = Valor de Mercado RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 3
Próprios RCF - S/Elegíveis 2º Risco	30/10/2011	RCF - R\$ 700	R\$ 20
Próprios Elegíveis 1º Risco	30/10/2011	Casco = Valor de Mercado RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 19
Próprios RCF - S/ Elegíveis 1º Risco	30/11/2011	RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 23
Locados Elegíveis 2º Risco	30/10/2011	RCF - R\$ 700	R\$ 1
Aeronáutico	15/10/2011	US\$ 52.700	R\$ 50
Próprios Elegíveis 2º Risco	30/10/2011	RCF - R\$ 700	R\$ 1
Locados RCF - S/Elegíveis 2º Risco	30/10/2011	RCF - R\$ 700	R\$ 30
Transportes (Fatura Dezembro)	1/8/2011	Até R\$ 1500	R\$ 2
Vida em Grupo Diretores	22/3/2014	R\$ 100	R\$ 186
Vida em Grupo (Fatura novembro)	30/11/2011	Capital Básico R\$ 26	R\$ 23
Vida em Grupo (Fatura novembro)	30/11/2011	SP - Capital Básico R\$ 27	R\$ 1
Locados RCF - S/Elegíveis 1º Risco	30/10/2011	RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 48

#### Descrição dos riscos:

**Riscos Operacionais (RO):** a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito nesta apólice. Trata-se de apólice corporativa com Cláusula Adicional de Reintegração Automática.

**Responsabilidade Civil Geral (RCG):** cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

**Seguro de D&O:** o objetivo do seguro é o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro ou diretor da sociedade. Trata-se de apólice corporativa.

**Automóveis:** cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

**Aeronáutico casco/LUC:** casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

**Transportes:** cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

**Vida em grupo:** cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorrida com empregados.

(\*) Informações não auditadas.

### 42. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de Compromisso celebrado com o Governo do Estado do Pará em sua cláusula 3ª estabelece que 1,5% da receita líquida com vendas de energia elétrica seja investido em obras de interesse sócio-econômico do Estado.

No exercício de 2010, a receita líquida ajustada com vendas de energia elétrica totalizou R\$ 1.538.155 (R\$ 1.391.817 em 2009), sendo que 1,5% desse montante totalizou R\$ 23.072 (R\$ 20.877 em 2009).

### 43. QUESTÕES AMBIENTAIS (\*)

Para aumentar seus impactos positivos, a Companhia sistematiza suas ferramentas de atuação socioambiental. A Política de Sustentabilidade existente é parte da decisão corporativa de incluir a Dimensão Socioambiental no Planejamento Estratégico, assim como os Sistemas de Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança do Trabalho implantado.

Com a implantação efetiva dos Sistemas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança no Trabalho, programas de gestão adequada de resíduos, educação ambiental e adequação das instalações foram desenvolvidos e beneficiaram empregados próprios e terceirizados.

O ano de 2010 foi considerado o ano do resíduo na Companhia. Mostrando o comprometimento com a questão ambiental, a empresa não mediu esforços para destinar adequadamente todos os resíduos gerados no seu processo. Em 2010, a Companhia destinou mais de 500.000 toneladas, onde o processo de destinação foi realizado de acordo com o tipo do resíduo, sendo os mesmos destinados à reciclagem, co-processamento e incineração.

O sistema de Gestão Ambiental contribuiu muito para que os resíduos gerados no processo fossem devidamente armazenados e encaminhados ao correto destino. Em 2010, foram realizados treinamentos específicos sobre o SGA para colaboradores de diversas áreas da empresa e para as terceirizadas.

Em 2010 a Companhia incluiu os filhos dos colaboradores próprios e terceiros na campanha de educação ambiental, realizada a partir do concurso de desenho e redação, do Projeto Cuide do Seu Mundo, que teve como base para a inspiração das crianças o livro "O Gigante Monstruoso do

## Notas Explicativas

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Lixo”, que reflete a Política de Sustentabilidade da Companhia, a preocupação com a reciclagem do lixo. O livro orienta as crianças, de forma divertida, sobre a importância da reciclagem do lixo. A curiosidade das irmãs gêmeas Lelê e Trix é o fio que conduz as meninas a este mundo.

Para atender aos compromissos ambientais assumidos em sua Política de Sustentabilidade visando promover a preservação do meio ambiente, a prevenção da poluição e o consumo consciente, a Companhia investiu em 2010, mais de R\$ 1.123 em programas, projetos e ações de meio ambiente.

(\*) Informações não auditadas.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Belém - PA

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

### OUTROS ASSUNTOS

#### Demonstração do valor adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de fevereiro de 2010, que conteve ênfase sobre recurso interposto pela Companhia de informações relevantes que não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, conforme apresentado pela ANEEL na Resolução Homologatória nº 849, de 21 de julho de 2009, cujo entendimento dos especialistas e assessores jurídicos da Companhia foi que o componente financeiro apresentado (passivo regulatório) na Nota Técnica nº 269, de 3 de agosto de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 857, de 4 de agosto de 2009, era um ajuste financeiro oriundo da segunda Revisão Tarifária Periódica. O passivo regulatório foi registrado e devolvido na tarifa dos consumidores durante a vigência do reajuste.

São Paulo, 2 de março de 2011

Luiz Carlos de Carvalho

Sócio-contador

CRC 1SP197193/O-6 "S" PA

BDO Auditores Independentes

CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, tendo examinado o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, seus anexos correspondentes, e o Relatório da Administração, considerando as análises realizadas ao longo do Exercício e com base no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela BDO Auditores Independentes, sem ressalvas, e tendo se interado da destinação do resultado do exercício, são de opinião que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, recomendamos aos Srs. Acionistas sua aprovação em Assembléia Geral.

Conselheiros:

Carlos Souza Barros de Carvalhosa

Antonio Carlos de Paula

Kleber Cimini Lage

José Alcindo Lustosa Maranhão

Pedro Paulo da Cunha

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras ora apresentadas.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou e concorda com a opinião dos auditores independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras.